



Ata da sessão ordinária da assembleia municipal de Tondela de 20 de abril de 2018

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, reuniu, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Tondela, no auditório municipal, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Antes de se iniciar a assembleia, tomou posse, por um dia, os senhores: Martinho de Loureiro Rodrigues, Nelson José de Sousa Almeida e Teresa Mafalda Neto de Sá Felgar Albuquerque, como membros desta assembleia, em substituição dos membros: Marta Franco Coimbra Marques, Jorge Manuel Henriques Rodrigues e Regina Maria Fernandes Coimbra que solicitaram suspensão de mandato por um dia.

Foi apresentada uma credencial do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão à luz da qual se faz representar por Firmino dos Santos, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, faltou a sessão o membro João Paulo Tavares que tinha entregado justificação da sua ausência, tendo a mesma sido justificada e relevada pelo presidente da mesa da assembleia

1- Período de antes da Ordem do Dia

1.1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 26 de fevereiro

O membro Paulo Albernaz solicitou o uso da palavra, para efetuar alguns reparos na redação da ata de 26 de fevereiro, que foram aceites pela mesa, tendo sido acordado que a ata seria corrigida.

De seguida, o membro Rui Santos interveio. (anexo 1)

Colocada a ata à votação, os membros: José Carlos Coimbra, Martinho Rodrigues, Nelson Almeida, Marisa Fernandes, Agnelo Laranjeira, José Hélder Viegas não tomaram parte da votação por não terem estado presentes, na sessão de fevereiro, tendo a mesma sido aprovada por maioria com a abstenção do membro



António Ferreira, que justificou a sua posição pelo facto de não conhecer as alterações introduzidas pelos membros Paulo Albernaz e Rui Santos.

1.2. Leitura de expediente

Foram presentes à assembleia: Voto de pesar da Assembleia Municipal de Santa Marta de Penaguião, pelas vítimas da tragédia ocorrida na Associação de Vila Nova da Rainha, do dia 13 de janeiro. Informação sobre o 1º congresso nacional da Associação Nacional de Assembleias Municipais. Emails do Grupo Parlamentar “Os Verdes” solicitando informação ao governo, sobre parques de armazenamento de madeira queimada nos incêndios de 2017 e indicação da entrada, na assembleia da república, do projeto de resolução no âmbito do reconhecimento da elegibilidade arbustivas nas regiões de montanha, para efeitos de ajudas de PAC. Ofício do Grupo Parlamentar do PSD com a indicação da formulação do projeto de resolução no âmbito para construção de ligação rodoviária em perfil de autoestrada entre Viseu e Coimbra, garantindo uma solução não portajada. Dois números do jornal “Voz das Misericórdias”.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

O senhor presidente da assembleia municipal abriu o ponto, desejando ao membro Jorge Henriques umas rápidas melhoras.

Iniciou as exposições, o grupo parlamentar do CDS, com a intervenção do membro Abílio Santos. (anexos 2 e 3)

Continuou:

“Ainda relativamente à minha primeira intervenção, queria dizer que parecendo que tudo foi resolvido ou que alguma coisa foi resolvida e referindo-me à área de Vila Nova da Rainha, há pessoas que, penso que seja do conhecimento de todos, há pessoas que estão a passar graves dificuldades. Talvez, não me compete a mim falar sobre isto, mas como deputado da assembleia municipal entendo que o devo fazer. Há casos muito pessoais de pessoas que estão a passar dificuldades, estando a viver com cerca de 600€.



Casais que no passado viviam relativamente bem. Por força do cabeça de casal ter sofrido danos quase irreparáveis para continuar a trabalhar, a esposa tem de o acompanhar no seu dia a dia, atendendo a que não pode comer e ir à casa de banho sozinho. Esse casal vive com baixos rendimentos, tendo uma filha a tirar mestrado e outra a ir para a faculdade. Foram tantas as promessas feitas e esta gente por todos os órgãos políticos, desde a presidência da república até à junta de freguesia e neste momento as pessoas sentem-se totalmente abandonadas por todos. Não basta vir para os jornais ou para a televisão colocando-os em capas ou contracapa. O que é certo é que as pessoas estão a passar maus bocados. Comprometi-me perante eles, sem ter qualquer obrigação, mas sim uma grande amizade, que hoje viria falar nesta assembleia, para ver se esse casal pode ser ajudado em alguma coisa. Se existe ajudas para tantas coisas, por vezes sem interesse, pelo menos tenhamos a coragem, a bondade e a solidariedade para ajudar este casal e outros mais que aparecem por aquela terra. E espero que os responsáveis políticos de vez em quando se não derem dinheiro, pelo menos os vão cumprimentar, porque têm direito a isso.”

De seguida, foi a vez do grupo parlamentar do PSD, iniciando o membro Cristiana Ferreira, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Permitam-me na qualidade de deputada desta assembleia com assento na assembleia intermunicipal Viseu Dão Lafões e em nome do grupo parlamentar do PSD reportar algumas considerações a propósito da assembleia intermunicipal extraordinária do pretérito dia 16 de Março que teve como ponto único: “Informação sobre a situação pós incêndios de 15 e 16 de Outubro na área da Comunidade Viseu Dão Lafões pelo Conselho Intermunicipal, Secretário Executivo Intermunicipal e Dirigentes de Serviços Regionais convidados”.

Com este desiderato contámos com os prestimosos contributos do Vice-Presidente da CCDR, Dr. Veiga Simão, do Engenheiro Viriato Garcez, do ICNF, do Major Resende



*Cláudio
2018
PSD*

da GNR e com o Comandante do CODIS Miguel David a que acresceram as intervenções dos grupos parlamentares do PSD e do PS.

A primeira conclusão é que o Estado falhou, podemos estar em desacordo nos termos e na extensão, mas todos reconhecemos que o Estado falhou como de resto ficou bem patenteado no relatório que haveria de ser publicado dois dias depois da realização daquela assembleia intermunicipal e que adiante me referirei.

Para que dúvidas não restem o PSD deixou de forma bem clara e inequívoca que se opõe de forma veemente à estratégia de desresponsabilização de um conjunto de tarefas que o Governo devia ter como prioridade e que está a passar agora para as autarquias locais sendo por isso solidário com os Senhores Presidentes de Câmara que, através do Conselho Executivo da CIM, tomaram uma posição pública clara relativamente áquilo que é a tentativa de delegação de responsabilidades que está a ser passada para os proprietários e câmaras municipais, fruto da incapacidade que o Governo tem em responder a matérias da sua própria competência, destacando-se a manutenção da segurança das pessoas e dos seus bens.

Quanto à posição do PS, que não obstante ter assumido também que o Estado falhou e que o problema é um problema de natureza política lamentamos a falta de solidariedade demonstrada para com os autarcas da CIM, pelo menos, na voz do seu líder parlamentar que de forma expressa afirmou que não estava de acordo com o coro de protesto dos autarcas que existe neste momento.

Se está na lei é para cumprir... ignorando a impossibilidade de facto que as Câmaras, que não querendo fugir às suas responsabilidades, não têm como resolver todas as questões que se levantam nesta matéria.

Minhas senhoras e meus senhores.

Todos reconhecemos que os incêndios colocaram a “nu” questões de natureza conjuntural que se prendem com as consequências imediatas dos incêndios, das mortes, das ofensas à integridade física, dos danos materiais, sejam nas habitações ou nas



Cláudia
João
João

empresas e questões de natureza estrutural muitíssimo mais complexas donde se incluem as questões da floresta, proteção civil ou socorro.

Sendo certo que independentemente da natureza das questões o direito à proteção, segurança e integridade de pessoas e bens é um direito de todos os cidadãos e a tutela dos mesmos pertence ao Estado Central não podendo ser por este transmitido, alineado ou delegado.

Embora reconheçamos o esforço que nestas matérias tem sido desenvolvido, muito em particular em Tondela, onde a atividade da Câmara Municipal de Tondela ficou desde os incêndios pautada pelo árduo trabalho desenvolvido no sentido de agilizar todos os procedimentos tendentes a devolver às pessoas os seus bens e até a esperança, num curtíssimo espaço de tempo ainda assim há questões conjunturais que continuam sem resposta por parte do Governo.

A primeira prende-se com a questão das segundas habitações que deverá merecer uma resposta por parte do Governo, porquanto sendo formalmente segundas habitações funcionam em certos concelhos e localidades como primeiras habitações e, portanto, se não há aqui uma intervenção enérgica vamos acentuar a desertificação e o abandono do nosso território.

E a segunda questão conjuntural prende-se com a questão dos pequenos agricultores que não só valorizam o nosso setor primário como exercem uma evidente função social. Por todos é reconhecido que neste sector os apoios existentes ficaram manifestamente aquém das necessidades e que urge por isso reavaliar as medidas implementadas neste sector.

Mas as questões de natureza estrutural continuam sem resposta, como o socorro, proteção civil e floresta, nomeadamente.

Permitam-me uma breve referência a uma questão estrutural em particular e que se prende com a questão dos baldios. No concelho de Tondela há freguesias que têm 200, 300 hectares de baldios. Sendo que nem todos estão na jurisdição de conselhos diretivos, nem das juntas de freguesia na medida em que estando abandonados há mais de 15 anos



Cláudio
F. J.
P. R.

e não há ainda decisões judiciais transitadas donde conste a necessária delegação de competência para as juntas nesta matéria.

Ora, há um vazio enorme nesta matéria que em teoria terá consequências muito complexas em matéria de responsabilidade.

Se pensarmos que compartes são os residentes numa determinada comunidade pergunto se a GNR irá notificar todos os residentes de uma determinada comunidade para proceder à limpeza dos terrenos baldios?

Por fim, e porque o tempo é escasso, uma breve referência ao relatório da Comissão Técnica Independente sobre os grandes incêndios outubro.

Como se previa há erros que contribuíram para tal calamidade, que não podem deixar de estar na esfera do governo.

Avisos meteorológicos críticos que levaram a informações contraditórias.

A não permanência do dispositivo de mobilização e posicionamento de bombeiros por estarmos na fase Delta.

O deficiente ataque inicial face às características do incêndio, e as condições meteorológicas adversas que originaram o descontrolo do mesmo.

São muitas as interrogações que se fazem em incêndios desta dimensão que impõe um debate técnico e político, sendo certo de que é a minha convicção pessoal que tal acontecimento haverá de ser gerador de muita litigância pela conclusão que o referido relatório aponta.”

Do PSD, continuou o membro Guilherme Duarte:

“Muito boa tarde a todos.

Senhor presidente a assembleia municipal, senhor presidente da câmara, caros deputados, publico presente que fez questão de hoje nos vir ouvir e, se for possível, também terão oportunidade de participar.



Cláudio
B
A

Já tive oportunidade de referir, em assembleia municipais anteriores, e até não ser resolvido irei continuar a batalhar nesta questão. Falo na questão do IP3. Ao longo do traçado do IP3, o concelho de Tondela tem cerca de 18 km que nos é afeto. Pergunto porque é que o Partido Socialista atualmente acha que não se deve preocupar com esta causa. Irei justificar, porque é que digo isto. Vemos o concelho de Tondela, e , a ter um desenvolvimento, a potenciar a indústria, a aumentar o fluxo de pessoas para o nosso território, a aumentar o nível de exportações e logicamente pensamos em requalificar o IP3, estamos a promover a coesão territorial. Vejo, um Partido Socialista desligado ou se calhar pode ser conveniência política, porque não vale a pena chatear muito o governo central ou se calhar acham que não é uma necessidade ou uma causa pública. Isto assusta-me. Isto deve ser uma causa de todos. Como fizeram questão de frisar e de passar nas redes sociais, não quero que seja colocada em causa a participação de alguns elementos do PSD junto dos órgãos autárquicos na angariação de assinaturas para a requalificação do IP3. Não aceito que o Partido Socialista mantenha o discurso que o IP3 foi construído por Cavaco Silva e que ele deveria ter projetado uma obra para 30 ou 40 anos. É fantástico o calculismo que o Partido Socialista tem nesta matéria. Se fosse assim para as finanças, o país estava impecável. Admiro esta qualidade do Partido Socialista. Gostava de ser esclarecido: qual é a posição do Partido Socialista? Se acha que deve ser feita, junto do governo central, pressão para que tome uma posição definitiva sobre esta matéria, ou não?

Sobre a saúde, tema que, aliás, já abordei na ultima assembleia municipal. Há cerca de ano, uma designada unidade radioterapia. Não sei se ainda se lembram disto, mas como já passaram as eleições, provavelmente já não interessa fazer o que seja. Têm por habito referir que houve cortes no setor da saúde, mas os serviços mínimos estavam garantidos, hoje olho para um Partido Socialista só a pensar e a trabalhar de quatro em quatro anos. Custa olhar para a saúde como um dos setores em que o PS faz campanha eleitoral.

Queria dizer ao senhor Abílio, se me permite, referente à família de Vila Nova da Rainha, já reparei que ainda não perdeu a matriz Social Democrata, que sempre o caracterizou. Mas, perguntava-lhe se tinha conhecimento dessa situação há muito tempo, se era recente ou se houvesse assembleia municipal daqui a dois meses só aí alertava? Ou



Clear
João
Dias

se alertou os órgãos próprios? Gostava que me esclarecesse se só soube recentemente ou se já tinha conhecimento dessa situação e só hoje fez questão de a abordar. Acho que este deve ser o local de alerta para essas situações.”

O membro José António Dias continuou com a intervenção que se transcreve:

“Reforçar e Melhorar o Sistema de Educação e Formação Profissionais de Jovens

É comumente reconhecida a necessidade de recursos humanos qualificados e altamente qualificados com competências em todos os setores de atividade económica.

No nosso concelho há empresas que se debatem com esta necessidade e o mesmo acontece na região.

O ensino e a formação profissional tem um papel importante na qualificação de jovens quadros intermédios para dar resposta às necessidades de quadros qualificados, resultantes dos investimentos realizados e em curso pelas empresas instaladas no nosso concelho. Contribuindo para a fixação de mão-de-obra qualificada, para o desenvolvimento económico e social e para a consolidação do tecido empresarial do nosso concelho e da região.

A importância do Ensino Profissional tem sido assumida pelos sucessivos governos, considerando que esta modalidade de educação e formação de jovens, contribui para melhorar a competitividade, o crescimento e o emprego qualificado.

Esta importância reflete-se também nas orientações do Ministério da Educação, com a mobilização de atores locais, relativas ao ajustamento da oferta de qualificações às necessidades da economia e do mercado de trabalho, com o objetivo estratégico do desenvolvimento económico e social do país e contribuir para a valorização crescente das ofertas de Ensino Profissional, aumentando a motivação dos jovens e potenciando, assim, o seu sucesso educativo.

Na nossa região cabe à CIM-Viseu Dão Lafões através do SANQ-Sistema de Antecipação Necessidades de Qualificações, efetuar o diagnóstico e a identificação de potenciais qualificações futuras, e de necessidades de ajustamento nas existentes. O objetivo é suportar o desenvolvimento do processo de planeamento da rede de ofertas e



fornecer informação de apoio à indicação das áreas e saídas profissionais prioritárias para a rede de educação e formação, para cada ano letivo.

Outras medidas têm sido adotadas, nomeadamente, a integração dos Cursos Profissionais no Catálogo Nacional de Qualificações, o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (EQAVET) e o alargamento da carga horária da Formação em Contexto de Trabalho (FCT) nos cursos profissionais.

A reforçar esta importância refiro o destaque dado ao Ensino profissional na Declaração conjunta subscrita ontem, dia 19 de abril de 2018, pelo chefe do Governo e pelo líder do PSD sobre o processo de negociação do próximo Quadro Financeiro Plurianual suportado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Mas não basta dizer que esta modalidade de educação e formação é importante e estratégica para o país, é preciso alterar o modelo e as metodologias de financiamento. Pois, ao longo dos quase trinta anos de funcionamento desta modalidade de Ensino Profissional, do reconhecimento dos resultados alcançados, os constrangimentos financeiros continuam e têm sido uma constante.

É necessário promover a revalorização social de algumas ofertas profissionalizantes e implementar uma estratégia nacional para o desenvolvimento de competências que tenham em consideração a aposta em setores específicos, com potencial de abertura, a aposta na especialização inteligente e as evoluções tecnológicas.

A Indústria 4.0 poderá significar o catapultar para uma nova etapa de oportunidades e de melhoria das condições de vida, através da qual o ser humano será dispensado de exercer tarefas mais rotineiras e pesadas, dando lugar a sistemas ciber-físicos de produção que funcionarão como elos de uma rede social, a comunicar entre si e a desempenhar tarefas autonomamente em resultado dessa comunicação.

Mas os que têm menos qualificações poderão ser banidos do mercado de trabalho, pois estarão em situação de maior vulnerabilidade social e em sério risco de exclusão social.



Temos todos a responsabilidade futura de criar condições para preparar os nossos jovens para estes desafios.

Mais do que nunca é preciso garantir que as qualificações que são hoje geradas pelos sistemas de educação e formação respondam às necessidades deste mercado de trabalho de amanhã. É preciso despertar as pessoas para a necessidade de se qualificarem e de o fazerem de forma continuada ao longo das suas vidas. E é fundamental que a aposta política e de investimento na educação e formação procure de modo contínuo e permanente, e de forma séria, que ninguém fique para trás.

É preciso melhorar de forma acentuada a redução do abandono escolar precoce no futuro próximo, reforçando e desenvolvendo mecanismos de apoio individualizado dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagem, assumindo estes mecanismos cada vez mais um carácter preventivo e aplicados precocemente.

Importa ainda garantir a igualdade efetiva de oportunidades, consagrando os apoios necessários aos alunos que deles necessitem, com o objetivo de melhorar os seus níveis de desempenho, conciliando a qualidade da educação com a equidade na sua prestação.

Assim, deve-se dar prioridade:

- à criação de alternativas de educação e formação profissionalizantes para jovens com idades inferiores aos quinze anos como uma das formas de combate ao insucesso escolar e do abandono precoce;

- reforçar a orientação escolar e vocacional para que os jovens consigam fazer escolhas conscientes para o seu futuro académico e profissional, criando uma estrutura regional (por ex. na CIM, utilizando se possível os recursos humanos existentes em cada escola), que permita aos jovens uma verdadeira escolha do seu percurso de educação e formação, tendo em consideração a oferta formativa existente no seu concelho e na região, como forma de combate ao insucesso e ao abandono escolar;

- sensibilizar os estudantes e as famílias para a importância de formação técnica (nos vários níveis de ensino), tendo em consideração necessidades da economia e do mercado de trabalho;



Cleu
B
P.

Por fim, estudar a possibilidade de parte recursos financeiros alocados aos PO regionais, serem utilizados para o verdadeiro combate ao insucesso e abandono escolar.”

Continuaram os trabalhos, na área do PSD, com a intervenção do membro Ventura Gonçalves i:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, membros da assembleia, comunicação social e restante público.

Moradores de Vila Nova da Rainha, sejam de Mouraz ou Nandufe, são moradores do nosso concelho e do nosso coração. No entanto, foram aqui evocados moradores de Vila Nova da Rainha, e o que tenho a dizer é que esses moradores, talvez já há décadas, não vivem na nossa freguesia, no entanto o nosso amor e o nosso respeito está com eles. Se calhar, pode ter havido uma falha de todos nós. Se calhar, talvez esse casal não queira esmolas, queria que alguém de direito lhe desse assistência. Todos nós fomos vítimas no meio de toda esta tragédia. Tudo foi muito complicado. No entanto, passou-se a palavra que esse senhor, que é ligado aos seguros, estaria numa situação beneficiada, o que parece que não acontece. Se calhar pode ter sido uma falha da nossa parte, mas também pode ter havido uma da parte deles de não se dirigirem aos organismos oficiais, entre os quais os da câmara ou outros, para que a situação pudesse ser atenuada. Não quero, aqui, criticar o senhor Abílio, vamos fazer o que pudermos, mas se calhar deveriam dirigir-se aos órgãos competentes para que possam ser ajudados. Não devem fechar-se. Presentemente, acho que não são nosso eleitorado, mas sejam de onde forem, temos o dever e o direito de ajudar. Muito obrigado a todos.

Seguidamente, passou para a vez do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, começando com o membro Francisco Coutinho que tomou da palavra com a intervenção que se transcreve:

“DE QUEM É O 25 DE ABRIL?

Passados 44 anos sobre o dia 25 de Abril de 1974 é obrigação, das gerações que o viveram, transmitir aos mais jovens o testemunho dos ideais que estiveram subjacentes à Revolução dos Cravos.



Muitos já ouviram falar do 25 de Abril de 1974, mas desconhecem a sua essência, as suas reais causas e porque manifestamente não viveram essa época é nossa obrigação não deixar esmorecer o espírito de Abril, devendo dar-lhe nota de como se vivia antes dessa data formatadora da nossa Liberdade e da nossa Democracia.

Assim:

- Antes do 25 de Abril, só havia um “partido” político que apoiava o Governo e apesar de haver eleições, estas não eram livres, já que imperava o princípio do partido único, sendo que as mulheres só podiam votar se tivessem concluído o ensino secundário, e não havia muitas;

- As mulheres necessitavam de autorização escrita do marido para viajar sozinhas para o estrangeiro ou para ter negócio próprio;

- Não se podia dizer mal do Governo, pois quem o fizesse era preso por delito de opinião; existia uma polícia política, chamada PIDE rebatizada de DGS com o Marcelismo, com uma rede de informadores por todo o país, que escutavam quase todas conversas e que as denunciavam de forma absolutamente arbitrária;

- As pessoas que se casassem pela Igreja não se podiam divorciar;

- Em Tondela, havia a “SOPA DOS POBRES”, onde os mais desfavorecidos matabam a fome, porque era “proibido mendigar” e Tondela como se dizia sustentava os seus pobres;

- Cada empresa pagava o que queria aos seus trabalhadores, ao contrário dos dias de hoje em que há um salário mínimo, 13º e 14º meses;

- Para poderem ser publicadas, as notícias tinham de ser autorizadas pela Censura ou pelo Exame Prévio Marcelista o mesmo acontecendo com as peças de teatro, as músicas, os livros e os programas de televisão;

- Os jovens passavam quatro anos na tropa, no serviço militar obrigatório, dois dos quais na Guerra do Ultramar, onde combatiam os que se queriam libertar e libertar a sua nação;

- Havia escolas de rapazes e de raparigas, não havia turmas mistas;

- Antes do 25 de Abril de 1974 havia presos políticos e campos de concentração como o Tarrafal de tão má memória para tantos antifascistas portugueses;



Handwritten signatures and initials in blue ink.

- Não havia acesso à Saúde, nem à Educação nem às Reformas;
- Antes do 25 de Abril de 1974 havia tuberculose infantil;
- Havia mulheres a morrer nos partos, pois eram maioritariamente realizados em casa em condições de absoluta insalubridade, dando origem a uma das mais altas taxas europeias de mortalidade infantil;
- Ter telefone, televisão e/ou rádio era um privilégio que estava só ao alcance de uma minoria;
- Havia largos milhares de analfabetos, realidade absolutamente conveniente à ditadura Salazarista;
- Consumir bebidas alcoólicas era encorajado porque “beber vinho era dar de comer a um milhão de portugueses”.
- O trabalho infantil era absolutamente normal pois não havia nem escolaridade obrigatória, nem regulação laboral;
- Os três pilares da ditadura de António de Oliveira Salazar, para o controle e manipulação da população eram Deus, Pátria e Família muitos ajudados pelos célebres “3 F’s”: Fátima, Fado e Futebol.

Hoje somos um País Livre, Democrático e Moderno! Somos um país Europeísta! Longe vão os tempos em que estávamos “orgulhosamente sós” na decorrência da miopia salazarista a propósito dos conflitos coloniais na sua relação com o mundo do pós-guerra.

Com a Revolução do Dia da Liberdade, foram legalizados os partidos políticos, sindicatos e associações, que independentemente dos seus ideais, têm direito a difundir as suas propostas e ideias. Os exilados, os presos políticos foram libertados e integrados na sociedade. Foi instituída a escolaridade obrigatória e proibido o trabalho infantil. Os territórios coloniais portugueses tornaram-se independentes e abriram-se novas portas para Portugal na comunidade internacional, através da integração na União Europeia. Puderam ser divulgados, sem constrangimentos, factos até então desconhecidos na História do Mundo e de Portugal e a Liberdade de Expressão tornou-se regra.

Através das eleições livres, os partidos começaram a divulgar os seus programas eleitorais e assim eleger deputados para a Assembleia da República com competência para a legislação e fiscalização, assim como eleger um Presidente da República e um Governo responsável pela conduta da política em geral e com poder executivo. As



Alm
25

câmaras municipais e juntas de freguesia passaram a ser eleitas pela população e a beneficiar de maior autonomia, com órgãos próprios, tendo maior eficácia na resposta às populações, podendo ser fiscalizado o trabalho e o cumprimento das respectivas propostas eleitorais independentemente do posicionamento político ser à esquerda, direita ou ao centro. A prioridade passou a ser a satisfação do povo, o desenvolvimento, o crescimento e a estabilidade do País.

Parafraseando Winston Churchill: “A DEMOCRACIA É A PIOR FORMA DE GOVERNO, COM EXCEÇÃO DE TODAS AS DEMAIS”.

Portanto, até descobrirem uma melhor forma de governo, não será em democracia que queremos viver?

E se é assim, não deveremos todos festejar, exaltar e divulgar o 25 de Abril de 1974?

O 25 de Abril é exclusivo dos partidos de esquerda?

Usar um cravo vermelho é sinónimo de esquerdista?

Não foi o Poder Local uma das maiores conquistas do 25 de Abril?

Não deverão todos os autarcas, independentemente da sua filiação partidária, comemorar do Dia da Liberdade?

Seríamos nós autarcas, se não tivesse havido a Revolução dos Cravos?

É chegado o momento de fazer esta análise pela prática do nosso quotidiano político!!

Para finalizar, queremos realçar o facto que desde 1979 não recordamos qualquer comemoração do Dia da Liberdade, na qual se tenha envolvido o Município de Tondela. Anteriormente, sim! Recordamos que o 1º. Presidente da Câmara Municipal de Tondela, eleito democraticamente, o Sr. Prof. Martinho Rebelo, eleito pelo CDS, fazia questão de lançar foguetes e fretar um autocarro para se fazer acompanhar da Sociedade Filarmónica Tondelense, em visita a algumas freguesias do nosso concelho, onde a banda de música tocava o Hino do Movimento das Forças Armadas.

Passaram 39 anos!

Pela nossa parte e imediatamente a seguir ao início de funções como Presidente da União de Freguesias de Tondela e Nandufe, foi nossa preocupação estimularmos as comemorações de 2018, pelo que logo contactámos a ACERT. Muito felizes ficámos com



a sua pronta anuência, razão pela qual felicitamos o Sr. Presidente da Câmara Municipal pelo facto de, neste ano tão especial para a União de Freguesias a que presidimos, também ter associado o Município às comemorações do 25 de Abril.

Porque Portugal já não vive nem de Fátima, nem de Fado, nem de Futebol, mas sim de Liberdade primaveril trazida pela Revolução dos Cravos, temos todos a obrigação, disse a obrigação de comemorar sublinhadamente esta data.

O 25 DE ABRIL É DE TODOS e FOI FEITO PARA TODAS E TODOS
AS/OS PORTUGUESAS (SES) VIVA O 25 DE ABRIL!!!!”

Continuando os trabalhos, o membro Rui Santos interveio, de seguida:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, demais membros da mesa, caros deputados.

Não pensava estar aqui, mas de facto foram levantadas algumas questões que julgo que merecem alguns comentários em nome deste grupo.

Em primeiro lugar, queria de alguma forma felicitar a Dr.ª Cristiana, que veio aqui e fez um relato de algumas questões que se passaram na última assembleia intermunicipal, independentemente de ter feito as suas apreciações, que tem todo o direito. Quero lhe dizer desde já que de facto entendo que estas coisas das assembleias municipais e intermunicipais, independentemente do debate político, não servem exclusivamente para fazer pingue pongue. Por isso, quando se aprovou a realização da assembleia, quando nos reunimos para a preparar sugeri aos líderes que levássemos pessoas que pudessem falar a sério e não fazermos pingue pongue barato. De qualquer modo, julgo que todos devemos fugir à tentação e que já há muito tempo existe em Portugal. Em primeiro lugar, temos de nos lembrar quando falamos em Estado, estamos a referir-nos essencialmente em administração pública. Administração pública é governo, é administração central, regional e local. Todos somos administração pública. E, todos temos uma cota parte nos sucessos e insucessos. Claro, que não sou presidente da câmara, pelo que não posso reclamar dos sucessos que são exclusivamente do presidente da câmara. Mas, de qualquer modo, estamos cá para participar.

Segunda questão, e isto passa por todos os partidos e os governos, variando com a cor política de um lado ou de outro. As câmaras quando as coisas correm bem, o mérito



Acum!
ps
[Signature]

é do presidente da câmara ou da câmara municipal. Quando correm mal, é do governo. Isto acontece quando o governo é do PS e está um presidente do PSD a falar ou quando o governo é do PSD e está um presidente do PS a falar. Acho que é altura de acabarmos com esta coisa, porque não nos leva a lado nenhum.

Nesta questão dos incêndios, não sei se leu as cerca de duzentas e oitenta páginas do relatório.? Pois. Eu já o li quase todo. É bom que toda a gente leia, antes de fazer referências a este. Também li o de Pedrogão. É que se fazem conclusões para efeitos muito apressados sobre o que vem no relatório. Por acaso, infelizmente, ocorreu uma coisa e por isso digo infelizmente, é que a última coisa que um país como o nosso deve querer é que haja uma comissão técnica independente que vá avaliar determinadas situações e que depois os resultados sejam postos em causa, que ela própria admite que há elementos que se calhar não teve acesso e não tratou como devia. Isto é mau, porque descredibiliza os processos que venha a seguir, não é só por isto. O que acontece é que esta comissão de inquérito, infelizmente, independentemente do mérito técnico, que me parece indiscutível em algumas coisas do que lá está relatado, tenham passado algumas coisas, sobretudo do ponto de vista ético e moral, que põe em causa a ação de uma pessoa que por acaso era Secretário de Estado e que veio desmentir o que diz a comissão que aceitou que não viu os documentos todos. Isto, é a única coisa que não foi tratada em reforço de meios, foi a contratação a mais de um avião, porque a proposta que foi feita pela Proteção Civil era ilegal. Tudo o resto que é dito pela comissão, a comissão reconheceu que não viu e não ouviu toda a gente, o que é mau. É mau, porque para o futuro pode pôr-se em causa outras comissões técnicas que sejam. Claro que há responsabilidade de gente do governo, das autoridades, de autarcas, como é no caso de Pedrogão, dos autarcas que foram constituídos arguidos por não terem cumprido a lei nas coisas de proteção aos incêndios. A mim, isso não me dá nenhuma satisfação que isso tenha acontecido, porque os presidentes de câmara, como alias o presidente dos bombeiros de Pedrogão cometeu um erro de avaliação, que pensou de início conseguia dominar o incêndio e depois não conseguiu. Infelizmente, para ele, porque é um homem que tem muito tempo dedicado ao bem comum e estas coisas acontecem. Neste caso, houve outras em que o relatório é muito claro. Reconhece que nunca houve, em Portugal,



uma situação meteorológica como a que houve em outubro. E reconhece que o incêndio deste tipo se não for atacado via terrestre logo nos 3 ou 5 primeiros minutos, torna-se incontrolável, como se não for pelos meios aéreos ao fim de 10 minutos, é incontrolável. Mas, isto são questões, o que é necessário é ir à lei.

Quanto à posição que a CIM tomou, o Dr. Rafael Amaro responderá por essa questão na assembleia, não sou eu que respondo por ele. Acho que, por vezes, existem algumas precipitações de natureza corporativa que existem nas câmaras, assembleia ou outros. E, às vezes não abrem a discussão quanto deveria ser desejável. Mas, isso serão questões da assembleia intermunicipal e lá deverão ser discutidas e não aqui.

Por último, queria dizer ao senhor deputado Guilherme, quando somos mais novos, temos tendência a ser um bocado impulsivo. Não estou, aqui, a responder-lhe, porque me sinta obrigado a responder-lhe, isto não é nenhum tribunal. É melhor sermos mais serenos e sobretudo termos a ideia de estar a distribuir qualificativos e termos aos elementos do PS ou não do PS, é uma coisa que não é muito apropriada a um órgão destes. Acho que não faz nenhum sentido. Desculpem-me e estou só a dar um exemplo, seria muito mau se eu viesse chamar de “papagaio” de posições que gostava de ouvir. Isto é uma incorreção feita desta forma da minha parte. Mas posso até dizer-lhe que aquilo que ouvi e que disse aqui, já ouvi a muitos do PSD.

Questão do IP3, há muito gente no PS que acha que não deveria haver uma autoestrada. Ando, há anos a dizer e a escrever, que acho que deve ser requalificado o IP3. Mas, o seu Grupo Parlamentar o que defende é uma via, não aquilo que o senhor presidente da câmara aqui defendeu e apresentou, que é a requalificação do IP3 mesmo que seja por fases, mas agora como é preciso conjugar os interesses da câmara de Viseu daquilo que defendeu antes com o resto, agora já vem dizer que é uma via com perfil de autoestrada. Eu sou a favor da requalificação do IP3 e digo-o em muito lado. Já tomei muitas posições sobre isso. O que está em causa com a posição aprovada na CIM, o que acho estranha é que a CIM e toda a gente não tenha feito o apelo antes de recolher as assinaturas para que as pessoas dos outros partidos aparecessem. Eu não soube, porque se calhar até aparecia. Não soube que a iniciativa era naquele dia e àquela hora. Soube



que tinha havido uma moção aprovada, mas não soube da recolha naquele dia e aquela hora. Bom, a gente como sabe é que se faz. Não vamos é jogar com isto para fazer chicana.

Quanto às pedras e inauguração das pedras, obriga-me a lembrar-lhe que a Dr.ª Cristiana aqui disse, ninguém mais do que eu lamento, a questão de as crianças estarem a fazer tratamentos oncológico no corredor. Mais, a primeira pessoa que fez uma moção, há sete anos, no sentido da criação de um centro oncológico em Viseu, num congresso partidário, fui eu. Há sete, não está feito. O que tenho de lhe dizer, por causa das primeiras pedras, é que o Primeiro-ministro do governo do seu partido, foi duas vezes ao Hospital de S. João, lançar uma 1ª pedra das obras. O que é facto, é que infelizmente para as crianças que precisam de tratamento, as obras ainda não andaram e se calhar não estarão a andar tão depressa quanto deveriam. Nisso estamos de acordo. Mas isso é outra questão.

Moderemo-nos. Acalmemos estas coisas e centremo-nos nas coisas que são importantes, independentemente de quando for preciso e eu considerar que é razoável vamos a isso e eu estarei presente. Agora têm é de me dizer. As relações institucionais, mandam que seja assim. Quando veio o Presidente da Republica a Vila Nova da Rainha, recebi um convite a convidar, suponho que tenha sido na qualidade de membro da assembleia. Quando lá cheguei, deveria ter sido respeitado na qualidade de membro da assembleia, mas isso não aconteceu. Estive lá e muito bem. No dia que aconteceu o incêndio estava em Lisboa, vim à noite e quando ouvi a primeira noticia, liguei ao senhor Abílio para saber o que se passava e dizer-lhe o que sentia sobre isso. Por isso é que ponho o problema das questões institucionais. Se a Câmara Municipal de Tondela dissesse que iria fazer uma recolha de assinaturas a favor da requalificação do IP3, eu estava cá. Acontece que ninguém me disse nada. Não me venha dizer que as pessoas tomam ou não tomam posição por isto ou por aquilo. Agora, quando não estiver de acordo, não apareço. Quando estiver de acordo, apareço. Mas têm é de dizer-me. Por mim, já não tenho idade a ter aspirações, com essas coisas e estas intervenções a ter qualquer carreira politica. Já fiz tudo e mais alguma coisa.

Queria saudar a intervenção do Eng.º Dias. Como ele sabe, nesta matéria, trabalhei alguma coisa. Acho que dei algum contributo, para que as coisas se fizessem. E queria dizer que lamento muito. Isto começou com uma pessoa que tenho consideração, que é o



Cláudio
F. S.
P. S.

David Justino, mas do meu ponto de visto, cometeu um erro estratégico. Que o governo a seguir do PS, manteve e até agravou. Foi a revisão curricular para os cursos profissionais que os tornou claramente de segunda categoria e em que se cortou currículo, para tentar mete-los na compatibilidade dos horários das escolas secundárias normais. Ao deputado Guilherme, o Eng^o Dias pode dizer-lhe que tipo de intervenção é que eu tive perante as pessoas ligadas ao governo de então, que era do PS, e às estruturas de financiamento que obviamente tinham ligações ao PS. Se calhar, ninguém contestou tanto essa matéria como eu. E se calhar uma parte do novo modelo de financiamento também tem a ver com aquilo que eu discuti, ainda que haja coisas que para mim eram importantes e que não ficaram consagradas.

O membro Abílio dos Santos pediu a palavra:

“Mais uma vez boa tarde a todos.

Muito embora me tenham dito “o senhor Abílio do CDS”, toda a gente sabe que estou como independente, como outros estão como independentes. Estou sensibilizado por o Guilherme ter dito que tinha uma matriz social democrata. Tenho, que basicamente assenta em duas linhas, a reformista e a linha inter-classe. Soube desta notícia, sabem contactando com as pessoas. De forma discreta, tenho contactado as pessoas que foram acidentadas em Vila Nova da Rainha. Tenho por elas uma grande amizade e como é obvio vou sabendo o que se passa. Concordo com o que disse o meu amigo, presidente da União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha, as pessoas, de facto, não transmitem. A pessoa em causa saiu uma única vez à rua, porque quem conhece sabe como ele está. Eu não queria estar como ele está. Ele não tem condições para se deslocar de repartição em repartição. Todas as pessoas sabem como ele se encontra. Quem o tem acompanhado sempre em prejuízo do seu salario mensal, é a esposa. Vai para Coimbra de ambulância, em virtude de já não ter dinheiro para se deslocar por viatura própria. É nisto que assenta a social democracia, a que eu aprendi em 1975. Serei toda a vida social democrata, dentro destas raízes fundamentais. Queria de modo muito particular e como sou independente, dar os parabéns ao Francisco, porque fez aqui uma explanação do 25 de abril, como nunca vi nesta casa, desde 1976. Os meus parabéns Francisco, está a iniciar-te de uma forma muito positiva. Ao senhor deputado Rui Santos, mais uma vez tenho por ele uma grande



*Cláudio
Ferreira
Pereira*

admiração. É um homem que chega aqui e diz as coisas conforme pensa, independentemente de direita ou de esquerda.”

O membro António Ferreira pediu a palavra e interveio:

“Boa tarde a todos, senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara e todos os deputados aqui presentes.

Senhor Abílio, o senhor já esteve nas funções de presidente da junta, não naquilo que o senhor quis aqui trazer a esta assembleia. O senhor se sabia desta situação, acho que deveria ter entrado em contacto de imediato com o presidente da junta, que é a entidade que está mais próxima, para poder procurar dar esse apoio. E nós, não devemos particularizar um caso, nem devemos escarpelizar esta situação que a todos nos toca. Não admito a ninguém na minha freguesia que não me dê conhecimento de qualquer situação e que depois venha fazê-lo à assembleia municipal, porque acho que isso é passar por cima das pessoas. Penso que de futuro, se tiver algum conhecimento igual a esta situação, deve ir junto das entidades competentes de imediato, sem esperar por uma assembleia e foi isso que o Guilherme quis-lhe dizer. Como sabe, por vezes há coisas que nos passam ao lado. Se não nos forem chamadas à atenção as coisas passam-nos ao lado, é normal. Não conseguimos estar todo o tempo e a toda a hora. Com a frontalidade que tenho com o senhor Abílio, sempre que tenha conhecimento de situações análogas, acho que deve transmitir de imediato para que as coisas sejam encaminhadas.”

O senhor presidente da mesa tocou a palavra e, atendendo a que o relatório da comissão de acompanhamento do contrato de desenvolvimento desportivo tinha sido enviado a todos os membros, solicitou o seu agendamento na ordem de trabalhos, o que todos anuíram.

2-Período da Ordem do Dia

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro



O senhor presidente da câmara interveio:

“Senhor presidente da mesa da assembleia, restantes membros da mesa, senhores membros da assembleia, público presente, comunicação social, a todos quero saudar e cumprimentar

Diria eu que um dos temas que aqui foi trazido tem muito a ver, ainda, com o pós-incêndios de 15 e 16 de outubro e nomeadamente com o relatório da comissão técnica independente. Não é o tempo para discutirmos se a comissão técnica independente tem ou não tem a sua legitimidade técnica e científica no trabalho e no desenvolvimento que fez. Julgo que tomamos reconhecemos que mais erro ou menor capacidade de precisão, de facto, esta comissão técnica independente aponta numa linha onde aí julgo todos convergimos. Não foram acauteladas as circunstâncias excecionais que, do ponto de vista meteorológico, eram conhecidas. Que a primeira Intervenção não foi adequada á circunstância existente. E que a partir daí a velocidade como os acontecimentos ocorreram, a sua celeridade tornava impensável qualquer meio de combate. Julgo que isso que é de facto uma nota de partida, mas também aponta depois um conjunto de pensamentos estratégicos para o futuro. Bom, a este propósito lembrar- vos-ia o primeiro Conselho de Ministros extraordinário que ocorreu após essa data, no dia 21 de outubro, onde foram anunciadas um conjunto de intenções, que julgo que é importante podermos discutir, porque se a comissão técnica independente não tem responsabilidade executiva coloca-se aí de facto essa circunstância.

A primeira nota que todos nos lembramos é de que nesse Conselho de Ministros extraordinário foi apontada uma nova visão estratégica de combate a incêndios. Isto é, que os bombeiros voluntários se confinariam ao espaço de proteção aos fogos urbanos e que uma autoridade nacional profissionalizada iria intervir e liderar o combate aos fogos florestais. Foi isto que foi anunciado. E como nós estamos a caminhar a passos muito largos para um novo período e uma nova época, de facto importa saber o que é que foi feito desde 21 de outubro até hoje. O que todos sabemos é uma confusão total. Em primeiro lugar, a dita resposta profissionalizada recuou. Recuou, quando se percebeu que a grande parte, mais de 90 % dos ataques a fogos florestais, são feitos por bombeiros



voluntários. E, portanto, houve um recuo. Começámos a ver que sobre a estratégia nacional nada mais existiria, em termos de coordenação e de combate. E, eu diria nessa matéria, de facto, não houve nenhuma evolução significativa.

A segunda nota, prende-se com o que foi feito no pós-incêndio para que os impactos sejam menores. Se percorrermos muitas das nossas aldeias, das nossas freguesias ainda verificamos que muita da madeira ardida está em pé. Diria que em boa oportunidade, porque isso também atrasou os riscos de erosão que poderiam ser mais intensos e, eventualmente, os efeitos nocivos nas linhas de água. Mas o que hoje temos e veja-se só que o pinhal de Leiria tem dois milhões de toneladas para retirar. O que hoje temos é uma situação que, do ponto de vista económico, não permitirá nenhuma rentabilidade da madeira ardida. O que está neste momento, no caso dos parques de madeira, como é sabido, é um subsídio ao produtor de 4€, se a madeira for para serração. Admitindo que o preço da madeira em pé não seja inferior a 25€ e seja de 46€ para a madeira entregue á entrada no parque para serração. Ora isto diz bem de que por essa razão só as unidades já existentes de serração ou de madeira para pré-trituração é que mostraram algum interesse porque já tinham o negócio instalado. Portanto, quer isto dizer que nós não estamos a responder aquilo que é também uma necessidade do ponto de vista fitossanitário da regeneração natural dos nossos solos e isso terá um impacto ainda maior. Estou a fazer uma avaliação muito objetiva daquilo que são as circunstancias ainda vividas; claro que na visão estrutural que é sobre o modelo de gestão e de organização do território. Obviamente, que ninguém espera que em 10 meses seja possível fazer uma transformação dessa natureza. Sou muito realista a esse ponto, mas para dizer que de facto aquilo que era imediato e que tem muito a ver com a recuperação do coberto no pós-incêndio está em algumas matérias a precisar dessa reavaliação e dessa ponderação. Matérias ainda que me pareçam importantes sobre este domínio: só neste mês de abril é que foram disponibilizados instrumentos para a execução das faixas de interrupção do combustível. Bem, como escusado será lembrar que o celebre montante financeiro disponível para que os municípios, no domínio da sua responsabilidade a substituição de privados sobre as faixas de gestão de combustível, esse de facto não é nenhum dinheiro a



fundo perdido, como é sabido é uma linha de financiamento que terá que ser restituída abatendo as receitas havidas.

Segunda questão, prende-se com a saúde. Não me vou detalhar sobre as questões da rede de cuidados de saúde nomeadamente da rede hospitalar. De facto, há um ministro da saúde que está condicionado pelo ministro das finanças, que julgo que é notório. É notório quando vimos todos os dias que a dívida hospitalar está a aumentar, que o prazo de pagamento aos fornecedores está a aumentar, que as listas de espera estão a aumentar. Julgo estar a dizer evidências nessa circunstancia. Mas, o que julgo que é importante e isso sim já desce á nossa escala de decisão chama-se mapeamento nos serviços da saúde. Como é sabido, no âmbito do Pacto de Desenvolvimento e de Coesão que as CIM's estabeleceram com o poder central, em que os equipamentos de saúde, os equipamentos de educação, nomeadamente escolas secundárias e básicas, os equipamentos de cultura, equipamentos que estejam classificados com patrimónios de interesse nacional foram mapeados. Isto é, só eram possíveis de colocar como prioridade de investimento nesses pactos se os respetivos ministérios acordassem para a importância desses bens. No caso do centro da saúde, os valores eram demasiado diminutos, com cerca de 4 milhões de euros para financiar a ampliação e remodelação da urgência do Centro Hospitalar Tondela Viseu, em particular da urgência central no Hospital são Teotónio e o que ficou para as redes dos ditos cuidados primários, foi muito residual.

Nós, como é sabido colocámos nesse mapeamento a requalificação da unidade de cuidado de saúde personalizados de Campo de Besteiros, porque era um valor muito diminuto, 170 000€, sendo aquela obra a o que se ajustava mais. Mas sinalizámos, como uma prioridade, aquando deste reforço, uma profunda intervenção para a unidade de cuidados de saúde personalizados de Tondela. Entretanto, face às diligencias que já vínhamos a manter, como sabem o conselho de administração alterou, nós sinalizámos a importância da intervenção neste edificio. Todos, penso eu, já devem ter passado pelo centro de saúde de Tondela e têm a perceção de como é que funciona; há uma primeira ilha, um primeiro bloco, onde as salas médicas funcionam e uma segunda ilha, onde praticamente os serviços de enfermagem funcionam. Numa USF, o modelo de



Handwritten signature and initials in blue ink.

funcionamento é muito diferente, existem equipas de trabalho, o enfermeiro e o médico fazem parte de uma equipa, os seus gabinetes têm que estar em coordenação. Para não acrescentar e dizer que este edifício com mais de três décadas, e que, por isso tem patologias diferentes. A última intervenção feita há quase doze anos, foi a nível da cave. Ora, neste momento a ARS não tem recursos humanos para fazer o projeto, nem tem flexibilidade para acomodar esta intervenção, no âmbito das nossas prioridades. Quero dizer à assembleia que o município de Tondela manifestou ao poder central e à ARS a disponibilidade para ser dono da obra se, para tal, em momento em que venha a existir cofinanciamento, ela passar a ser elegível e sermos ressarcidos do investimento que estamos a fazer ou que queremos fazer. Este investimento ronda meio milhão de euros. De facto, preocupa-nos, e a mim em particular, porque se nos lembrarmos todos do período tão difícil, que tivemos em 2011, quando um conjunto significativo de médicos se reformaram e deixaram esta unidade, que serve mais de 12 mil pessoas, com três médicos e o que fizemos a partir daí para reequilibrar esta rede. Ora, se não existir USF, alguns destes profissionais podem não encontrar condições adequadas para o seu bom desempenho e procurarem em próximos concursos outras opções de localização.

Duas notas, ainda, que me parecem importantes: uma sobre o ensino profissional e a observação que o Eng Dias aqui trouxe. Há cerca de quatro anos, no âmbito da CIM, com a DGESTE e com a Agência Nacional para a Qualificação e Emprego começou-se a desenhar uma visão estrutural do território, sobre a sua oferta profissional. Procurando acima de tudo encontrar um equilíbrio entre o mercado de oferta e a procura que está em causa. Mas, não deixo de, aqui, sublinhar e de registar a preocupação que hoje se verifica nesta renegociação dos fundos comunitários.

Não sei se todos temos a perceção, mas está a decorrer uma renegociação do atual quadro comunitário, em que cada vez mais está a ser retirado dinheiro do investimento, em termos de FEDER, e a financiar cursos profissionais de alunos que até agora estavam no dito ensino regular nas escolas secundárias e escolas básicas, a serem financiadas com dinheiro de fundo social europeu. O Estado está a substituir-se no financiamento através



Cláudia
R
2018

do Ministério da Educação, através do Fundo Social Europeu. Isto de facto não deixa de ser preocupante, principalmente se olharmos para a circunstância de que hoje, na nossa região, 50 % dos alunos estão no ensino secundário/ profissional, 50% deles estão no ensino profissional. A média que hoje temos, é cerca de metade, no dito ensino regular secundário e metade no ensino profissional. O que quer dizer, que é mais dinheiro FSE a financiar o ensino profissional no dito ensino público e não Orçamento de Estado.

Outra nota que me parece também importante e que se prende com uma leitura transversal sobre o 25 de abril. Quero lembrar em primeiro lugar, que precisamente por não ser uma bandeira de ninguém, mas dos portugueses, o 25 de abril deve-nos merecer a todos, uma ação predisposta para o exercício da democracia. Digo isto, porque de facto a construção da democracia não é, nem um bem eterno nem um direito eterno. E, cada vez mais os populismos, os falsos independentes, a forma como alguns se posicionam na nossa estrutura social, são ataques à democracia, porque não privilegiam aquilo que é a legitimidade autêntica da construção permanente que a democracia tem que ter. A democracia debate as escolhas em primeiro lugar. Em segundo lugar é responsabilidade pela decisão. Quando alguns pedem tudo e outros que tem responsabilidades nas soluções governativas, nas maiorias criadas, de manhã, estão a sustentar essas decisões e à tarde estão a fazer manifestações de rua contra aquilo que apoiaram de manhã. De facto, isto faz-nos perguntar se essas soluções contribuem para o reforço da democracia que nós entendemos que é a democracia da responsabilidade na decisão. E de facto, o tempo que vivemos é este. Mas também convém aqui dizer que não é a primeira vez que o município se associa a comemorações do 25 de abril, nem será seguramente o maior e mais erudito momento de afirmação do 25 de abril, aquele que hoje vivemos, só se alguns ouvidos tiverem de facto destreinados. Nós ao longo do tempo temos tido várias manifestações em parceria. Este ano em concreto no pós-eleições, reunimos com várias entidades que são parceiras no desenvolvimento cultural, social, desportivo e em novembro, definimos em concreto com a Acert, o plano de apoio estruturado para este ciclo. Além da programação anual, assumimos o cofinanciamento da Queima do Judas, o Tom de Festa, o Finta, reassumimos o Jazzin e introduzimos um novo evento que era uma comemoração do 25 de abril, em moldes diferentes daqueles que tinham acontecido. Isto é,



precisamente, para evocarmos que o 25 de abril é uma construção plena da democracia e que ela tem que ser participada, vivida e sentida. Desejámos trazer o 25 de abril aos valores pedagógicos, porque quer queiramos quer não, hoje mais de metade da população portuguesa nasceu depois do 25 de abril. Por essa razão, é importante evocar abril, ao mesmo tempo que se evocam os valores da construção democrática e isso só se faz com o exercício de pedagogia educativa. Por essa razão, o município estabilizou no domínio destes cinco grandes eventos mais programação anual um apoio global de 179 000€, incluindo algum apoio em espécie que está em vigor neste ano. Nessa reunião, também estabilizámos um compromisso para que fosse robustecida a candidatura que a Acert, então, estava a preparar junto da DGARTES, o mesmo a dizer junto do ministério da cultura. Convém saber, que estes apoios que são atribuídos têm ciclos de vigência de 4 anos. Normalmente são candidaturas plurianuais, há outras para eventos pontuais. O que era colocado neste modelo de concurso é de que haveria uma majoração das candidaturas, se determinada entidade que se candidata, demonstrasse ter pelo menos 20 % do seu orçamento proveniente de protocolos locais com autarquias. Ora, nós no quadro do valor que eu vos referi, 179 000€, atingíamos nessa circunstância para uma candidatura que a Acert procurava fazer, que rondava os 400 000€, mais de 43% de financiamento. O que nos parecia ser de facto um contributo fortíssimo para reforçar a sustentação financeira desta própria candidatura. Este apoio que a Acert pretendia de 400 000€, estava alinhado com aquilo que no passado teve, antes de 2009/ 2010 que foi quando aconteceram os primeiros cortes decorrentes depois do período que se seguiu ao de assistência. Escusado será dizer aquilo que já muitos de vós conhecem e que hoje esperando-se e querendo que haja uma reversão daquilo que foi a decisão do ministério da cultura, mas hoje o que está ainda em cima da mesa é que para estes 400 mil euros solicitados a proposta do governo era apoiar este ano a acert com 164 mil euros, isto é menos do que aquilo que o poder local faz. De facto, isto é que é comemorar abril! É acreditar nas instituições locais, é acreditar no desenvolvimento local. É acreditar na nossa capacidade coletiva de construir este futuro. Acredito muito que haja capacidade de perceção das evidências e que, por aí, resulte, naturalmente, uma alteração dessa situação que muito nos inquieta.



Por fim, julgo que se justifica, porque também foi transversal, uma apreciação sobre as matérias associadas ao IP3, com absoluta clareza. De facto, o município e o seu presidente sendo verdade que nem sempre o que corre mal, coisa que raras vezes acontece, no município é responsabilidade do governo, nós assumimos sempre a nossa corresponsabilidade, mas também não enjeitaremos de reconhecer e de valorizar tantas coisas que maioritariamente e quase sempre correm bem. Mas isto para dizer que nessa matéria sobre IP3, no final do ano passado, tivemos o cuidado de aqui debater qual era a nossa estratégia. Recordámos o que aconteceu desde 2003, 2004. Julgo não haver dúvidas, mas de forma muito sintética eu diria: em 2004 existia um projeto de construção de uma nova auto estrada de Fail a Souselas. De tal forma, que ainda hoje, o nosso PDM é implicado por esse traçado que então foi definido, que passava sensivelmente a partir de Fail, teria um nó junto ao equipamento Montebelo, percorria e passaria no cruzamento com a 627, junto ao equipamento industrial do senhor Graciano da Cruz, teria um nó de Tondela, na estrada que liga Molelos até à Ribeira e seguiria junto há estrada 230 ao pé da varanda do Criz e teria á frente Tourigo, Barreiro como destino.

Este traçado ainda hoje no atual PDM tem uma faixa de proteção que está ainda vinculada. Como é sabido, depois houve eleições em 2005, Durão Barroso foi para União Europeia, Santana Lopes todos sabem os 5 meses em que foi 1º ministro e em 2005 há governo, com José Sócrates, primeiro-ministro. A este projeto que existia, foram lhe agregadas um conjunto de outras infraestruturas: a conclusão do IC12 que foi metida nesta autoestrada, a construção do IC6, Oliveira do Hospital, era metida nesta autoestrada, a ligação de Anadia a Coimbra, IC2, era metida nesta autoestrada. Quer dizer então que aquilo que era um custo estimado de 600 milhões de euros, á época, para esta via no modelo de parceria publico/privada para não haver dúvidas. Era este o modelo que existia, mas com a inclusão de todas estas obras este montante passou para 1,2 mil milhões de euros, tendo sido recusado visto pelo Tribunal de Contas, porque de facto para este montante de investimento sendo que a única estrada que seria portajada era este troço, jamais os resultados financeiros das portagens permitiriam este pagamento. Estes são os factos que existem. De 2009 a 2011 todos sabemos o que aconteceu.



Handwritten signature and initials in blue ink.

É sabido o que aconteceu na negociação dos fundos comunitários neste Portugal 2020. Julgo que só por demagogia, alguém acreditará que existisse um governo ou um primeiro ministro que fosse ele próprio o primeiro a dizer: eu não quero estrada no meu país. Bom eu acho que isso é um contrassenso. Se há obra que qualquer político gosta de fazer ou quer fazer, é o investimento nas acessibilidades. Mas, Bruxelas nas negociações deste Portugal 2020 não deu prioridade positiva a estradas, como não deu prioridade positiva a centros escolares e afins. Lembram-se ainda, penso eu da celebre Parque Escolar, isto pesou nas decisões. Em 2015, não discuto se era boa ou má solução, existia um modelo para uma parceria de risco privado exclusivamente, para fazer a celebre Via dos Duques, não sabendo eu nem nenhum de nós quanto tempo, porque ela seria financiada há medida que as portagens permitissem que a receita para esse investimento e de facto só o estudo posterior é que diria se ela seria feita em 2 anos, 4 ou 10 ou 30. Não sei, isso eu não me atravesso naquilo que desconheço.

O governo criado em finais em novembro de 2015, como todos sabemos tem uma base parlamentar onde alguns partidos da esquerda mais radical se opuseram a parcerias público-privadas. Isto é sabido, quer fosse nas vias rodoviárias, quer fosse na saúde. Aliás, ainda é recente uma discussão sobre o novo Hospital de Cascais, se vai ser financiada com parceria público-privada ou não.

Ora, não havendo fundos comunitários e não havendo parceria público-privada, julgo que racionalmente, nenhum de nós julgará ser viável nos próximos tempos a construção de uma autoestrada de raiz portajada. Julgo, que é um ato racional o que eu estou aqui a dizer. Por essas razões e pela emergência que uma matéria destas tem, no final do ano passado, fomos dos primeiros a procurar uma solução alternativa por sabermos que as duas coisas, porque não é só o deputado Rui Santos que defende há cinco anos a beneficiação de um IP3, outros o fazem. Mas, outros o faziam querendo as duas coisas, a beneficiação de um IP3 e uma autoestrada. Isso é impensável!

Por essas razões que temos muita confiança no percurso que desenhámos, na altura fizemo-lo, aqui, todos em conjunto. Verdade seja dita, foi uma decisão coletiva aqui e como é sabido já recentemente a própria AIRV, com uma nova liderança veio



engrossar o núcleo daqueles que pensam que se justifica investir na duplicação do IP3 com separador central. Esse movimento rapidamente agregou outras forças, fosse a Associação Empresarial de Lafões, fosse a Associação Empresarial de Mangualde, seja a Associação de Comércio do Distrito de Viseu, seja a CIM. É isto que levou a que este movimento, ao qual também se juntou o Movimento do Interior, possa ter esperança, que julgo eu que iremos ter algumas decisões. A par disto a própria CIM, por proposta do município de Tondela e do seu presidente, contratualizou um serviço externo para demonstrar a viabilidade económica e do custo que lhe estará associado uma operação destas, porque não nos basta dizer queremos isto, mas temos de saber quanto custa. Como é que se pode pagar? E qual é o faseamento da sua execução? Porque vamos ser claros, não me conformarei com uma decisão que não tenha por trás um calendário explícito em que se saiba em cada ano quanto se vai investir, onde se começa e onde se acabará. Por razões, que nos próximos dias perceberão há uma forte convicção de que seremos bem-sucedidos neste caminho; na próxima segunda feira haverá uma conferência de imprensa conjunta precisamente no N6 de Tondela onde AIRV, a CIM, o Movimento do Interior e a autarquia de Tondela estarão para reafirmar esta posição unânime, coesa na defesa daquilo que consideramos ser um elemento imprescindível, para a coesão territorial. É isto que nos move e é por isso que tenho forte esperança de sermos bem-sucedidos nessa matéria.

O presidente da câmara municipal continuou a sua intervenção passando, de seguida, para a apresentação do relatório de atividade e financeiro (anexos 4 e 5). Seguidamente, procedeu à exposição em imagens das atividades da câmara, decorridas entre a assembleia de fevereiro e a de abril.

Terminada a intervenção, o presidente a mesa deu continuidade aos trabalhos abrindo a possibilidade de intervenção aos membros da assembleia.

Interveio o membro António Ferreira:

“Quero salientar as atividades da Câmara e os trabalhos desenvolvidos relativamente aos incêndios e todo o trabalho desenvolvidos em prol das vítimas.



Não deixar em branco a questão da Serra do Caramulo e o Museu do Caramulo que recebeu o prémio de cinco estrelas e perceber se desta vez lhe vamos dar o devido valor. Entendo que há muito tempo se fala do Caramulo, mas até hoje não foi dado o seu valor em termos de projeção do concelho e da região. Espero que seja uma oportunidade para que seja aproveitado. Da mesma forma, das Aldeias de Montanha, de forma a dinamizar os viveiros e o espaço envolvente.

Em relação às faixas de proteção, conheço na serra algumas faixas que existiam de passagem de gado, havendo em todas as freguesias. Acho que de certa forma poderiam ser aproveitadas para limpar, evitando a aquisição de terrenos a privados para limpeza. Esta seria uma proposta para analisar no futuro.”

Seguidamente, o membro Cristiana Ferreira tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

De forma mais ou menos propositada e no ponto da ordem de trabalhos relativo à atividade da Câmara permitam-me uma brevíssima intervenção sobre a matéria da descentralização.

Salvo melhor entendimento para nós autarcas e muito em particular para quem hoje tem funções executivas junto de uma câmara municipal ou de uma junta de freguesia todas as atenções devem estar concentradas nesta matéria pela incerteza que tal matéria encerra. Atenção redobrada pois....

Como já aqui referi, em tempos, numa outra intervenção neste domínio devemos reexaminar uma descentralização por decreto...onde não exista um amplo diálogo casuístico e minucioso do modelo gerador de confiança nas pessoas e nas comunidades.

Uma coisa é certa...este será um processo irreversível...



Cláusula
L
X

No dia-a-dia das autarquias, muita coisa promete mudar nos próximos tempos com a transferência de competências do poder central para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.

Regoziamo-nos pelo acordo anunciado entre PS e PSD sobre esta matéria donde consta e que reconhecemos que o processo de descentralização e de delimitação das funções e competências dos vários níveis do Estado é, em substância, um dos pilares estruturantes de uma verdadeira reforma da organização e gestão do Estado que exige uma mobilização da vontade da grande maioria dos cidadãos e das instituições que os representam.

Sendo os municípios a estrutura fundamental para a gestão dos serviços públicos numa dimensão de proximidade, deve ser consagrado o alargamento da respetiva participação nos mais diversos domínios da ação do Estado, aprofundando áreas de competências já anteriormente transferidas e alargando a novas competências em domínios atualmente reservados à Administração Central.

No que concerne às freguesias, sendo as mesmas as autarquias locais cujos órgãos se encontram mais próximos das pessoas, preconiza-se a afirmação do seu papel como polos da democracia de proximidade e da garantia da igualdade no acesso aos serviços públicos.

Mais qual será a exata medida da transferência de competências?

Em que áreas concretas?

Educação, saúde, ação social, transportes, cultura, habitação, proteção civil?

E dentro destas áreas em que competências específicas?

Quais as medidas concretas que irão cobrir as mudanças necessárias dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários?



E no país real, o que vai efetivamente mudar?

Neste processo não aceitamos por isso que se coloquem vendas nos executores de tal desígnio nacional.

Num registo mais descontraído e nesta matéria da descentralização permitam-me um paralelismo com uma viagem de férias! Aquela viagem de sonho que se programou com base em lindas imagens, um destino paradisíaco, com tudo incluído enfim um pacote magnífico e ainda por cima a um preço excecional e que de repente se torna num pesadelo de tão diferente se torna do sonho e com o que se imaginou...que damos por ela a pensar...mas porque é que eu saí da minha casa!”

De seguida, foi dada a palavra a Abílio dos Santos:

“Novamente as minhas saudações democráticas.

Por uma questão de democracia e como o Francisco há pouco se referiu a atos que não aconteciam antes do 25 de abril, concretamente o “Yes Men”, quem é por mim não é contra mim. Entendo que a obrigação de todos que estamos aqui aplaudir o que é bom e criticar o que é mau. Se há pouco fiz críticas institucionais à câmara em termos locais, agora venho sem qualquer tipo de demagogia e sem qualquer tipo de populismo, dizer apenas que há coisas muito boas que a câmara tem feito. Que fez no passado e como se vê agora está a fazer para o futuro. Mas queria focar duas delas: A Queima de Judas, que este ano, na minha perspetiva, foi excecional. Outro acontecimento de carácter desportivo, que foi a Meia Maratona de Tondela e a caminhada, também excecional. Tive o prazer de contactar com o marido da Aurora Cunha, aquando da apresentação do evento no Parque Urbano, que me disse que o que iria acontecer em Tondela era muitíssimo bom e raro em qualquer ponto do país. Portanto, com toda a justiça quero transmitir à câmara municipal os meus agradecimentos pessoais, pela forma exemplar em termos de organização como decorre a Meia Maratona e a caminhada e sobretudo agradecer a todo o pessoal que esteve mobilizado naquele trabalho, muito especialmente ao Pedro Tavares. Muito obrigado.”



De seguida, interveio o membro José Manuel Mandes:

“Boa tarde a todos. Cumprimentar a mesa e restantes assembleia.

Após o que assistimos, verificamos que existe inovação, logo há desenvolvimento. Parabéns senhor presidente.

Quero, também, congratular-me pelo inicio das obras de requalificação da estrada no Carvalhal, que já estavam agendadas e que se entendeu, e muito bem, não se terem realizado no período eleitoral, demonstrando o carater e a responsabilidade, tal como o inicio do saneamento, obra que inclui o saneamento ao Bairro da Ponte em Nandufe.

Dar os parabéns as atividades desenvolvidas no setor do desporto, não esquecendo o Clube Desportivo de Tondela, na categoria de juniores, pela sua subida à I divisão.

Falou-se, aqui, muito no 25 de abril. Já há uns anos largos, disse que o 25 de abril tinha sido há cerca de 40 anos, mas que em Tondela continua a ser abril quase todos os dias. Quero lembrar as pessoas que há bastantes anos houve sessões extraordinárias para comemorar o 25 de abril. Portanto, não concordo que se venha aqui dizer que o 25 de abril no concelho de Tondela não se comemora. Comemora. Aliás, o senhor Joaquim Santos, aqui presente, defendia bem as comemorações do 25 de abril. Não estejamos aqui à procura de protagonismos, porque não há protagonistas, meus amigos. O 25 de abril foi há quarenta e muito anos e eu sou o exemplo vivo, porque o vivi como militar e tenho muita honra nisso. Recentemente, até vivemos o 25 de abril ao vivo, até tivemos um Chaimite, que nem era necessário atendendo que era um 25 de abril de paz. Só para lembrar. Muito obrigado.”

O membro Mário Simões interveio, seguidamente:

“Excelentíssimo senhor presidente da assembleia, excelentíssimo senhor presidente, restante mesa, presentes.

O motivo da minha vinda, aqui, hoje, tem a ver em primeiro por ter sido surpreendido, ao tomar conhecimento ontem, pela primeira vez, pelas redes sociais, que uma aldeia da minha freguesia estava incluída num programa candidato ao programa “Valorizar”. Candidatura das aldeias do Caramulo. Também, porque as nossas agendas,



Cláudia
Ferreira

a minha e a do senhor presidente também não têm sido muito coincidentes, não tendo sido possível conversarmos sobre estes assuntos. Achei um pouco estranho, porque como presidente de junta daquela união de freguesias, penso que seria normal ter tido conhecimento desta situação e não tomar conhecimento dela pelas redes sociais. Isto entronca noutra questão, que é o seguinte: estamos a trabalhar na nossa união de freguesias neste projeto e em algumas candidaturas que inclui esta aldeia de Carvalhal da Mulher e penso que poderíamos articular isto. Pelo que, questionava o senhor presidente da câmara nesse sentido, saber se podemos ser intervenientes nesta candidatura ou de alguma forma colaborar para engradecer essa candidatura. Porque se falamos de valorizar o território, só faz sentido valorizar o território com as pessoas. Com as pessoas a valorizar o território, penso que o projeto poderá ter outro tipo de sustentabilidade. Muito obrigado.”

O membro Paulo Albernaz continuou os trabalhos com a seguinte intervenção:

“Vou fazer uma intervenção que de certo modo é muito transversal, tem a ver não só com as atividades da câmara, porque o senhor presidente tomou a liberdade de falar de um assunto que eu considero de relevante importância para o concelho, admito voltar a falar disto no ponto dos “outros interesses para o concelho”. Antes de falar desse assunto, gostava de fazer uma declaração de interesse. Frequento a ACERT desde os tempos da Pensão Borges, o que significa que conheço a ACERT há muito anos. E devo dizer muito claramente que cresci cívica e porque não dizer politicamente e culturalmente com a ACERT. Manifestar, aqui, uma preocupação que é nossa. Nossa, não digo do Partido Socialista, mas nossa do concelho. Estamos muito preocupados com a redução. Sendo que é importante que se perceba e porque aqui se falou há bocadinho em “comemorar abril”, a propósito de só termos 164 000€. Tenho aqui uma série de gráficos, que poderia partilhar convosco, mas sobretudo dizer-vos que tenho um entendimento destas coisas porventura amplas demais, admito. Para mim a noção de dinheiro público será só o que vem da administração central? Será que porventura as autarquias têm uma espécie de banco emissor ou umas contas privadas para apoiar as instituições? Ou não estaremos sempre a falar de dinheiro público? Esta é a primeira questão que gostava de partilhar convosco. É uma coisa que me inquieta e às vezes fico em dúvida, bem afinal se calhar



Claud
R

só é dinheiro público que só o que vem da administração central. A Câmara Municipal de Tondela e outras mais 307, se calhar tem uma entidade emissora e, portanto, tem um tesouro próprio, digamos assim. Não me parece que assim seja. O que me parece naturalmente é que nos temos patamares de administração: central, regional e local, com competências próprias, como é evidente, que alias são uma criação muito genericamente, muito bem desenvolvida do 25 de abril, que deve ser comemorado sempre e que manifestamente não tem sido comemorado neste concelho, meu caro José Manuel. Não escamoteámos a verdade, porque naturalmente a política é feita de memória. Quem não tiver memória, seguramente não terá grande condições para fazer política. Um grande amigo meu diz claramente: “que sem memória não há futuro”. Muitas vezes o grande problema de Portugal é a falta de memória. Porventura no nosso concelho muitos dos problemas que temos são notoriamente problemas de memória. A coisa pública ou a *Rex Pública*, como os historiadores gostam de dizer, é uma causa de todos e para todos. Portanto, estarmos a subverter algumas coisas e, sobretudo, estarmos de uma forma, e eu sou muito frontal, e quem me conhece sabe que sou assim, estar a argumentar de uma forma falaciosa e voltando à questão da ACERT, a questão dos apoios, não me parece ser muito correto. Até porque como toda a gente sabe, o senhor presidente da câmara sabe isso, só no dia 24 de abril é que serão publicados os resultados da audiência prévia. Até os resultados serem tornados públicos, não fará de todo sentido estarmos darmos as coisas como absolutamente decididas.

A propósito de comemorar abril e de percebermos qual é a importância da cultura, só vos mostro um gráfico. No quadriénio de 2013/2016 tínhamos 45,6 milhões de euros para a cultura. O que estamos a prever para 2018/2021 são 81,5, o que significa que há um crescimento de 79%. E significa que este ano são apoiadas mais 70 associações. Naturalmente, estou preocupado. Estou muito preocupado com a redução da ACERT. Mas naturalmente, também tenho que a noção que abril é repartir e partilhar. Portanto, se a câmara tem condições para colmatar, porventura, alguma falha que não se consiga resolver, porque não fazê-lo? Não estaremos a falar de dinheiros públicos? Ou até parece que nós quando ajudamos, nós no conceito de autarquia parece que estamos a dar alguma coisa que é nosso, da nossa particular. Não é rigorosamente assim. É estrita obrigação



Cláudio
Jos
✱

fazer isso. As questões, os problemas resolvem-se desta forma séria. Poderia mostrar mais gráficos, admito que no ponto “Outros assuntos para o concelho” seja mais oportuno fazê-lo. Por agora não diria muito mais e ficar-me-ia por aqui, fazendo só este sublinhado, é uma preocupação para nós, queremos ajudar a resolver o problema, não nos parece é que o problema esteja a ser abordado da forma como deveria ser salvo naturalmente melhor opinião em contrário, como é obvio. Muito obrigado.”

Seguidamente, interveio o membro Rui Santos:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara.

Em primeiro lugar, não tenho nenhuma exclusiva ideia, a questão do IP3 defendo-a há muito tempo. Obviamente há pessoas que pensam de forma idêntica ou ligeiramente diferente, portanto não reclamo para mim a qualidade de ser onisciente e de ser omnipresente. Há outras pessoas que o fizeram e estamos perfeitamente de acordo.

Não era para falar nisto, mas a primeira entidade e a primeira pessoa que deu que decidiu o financiamento para o teatro Trigo Limpo - ACERT, fui eu como diretor, como delegado regional do FAOJ, em 1976. Obviamente, estou preocupado com o futuro que pode acontecer em relação a uma redução de verbas de uma entidade que é muito importante e que tem contribuído para inclusivamente a projeção do concelho de Tondela. Para além do desenvolvimento cultural, tem contribuído para isso.

O senhor presidente da Câmara fez, aqui, uma intervenção, a que obviamente tem o direito de fazer, como presidente da câmara, que numa primeira parte como introdução político e falou em factos, que reconheço que são factos. Só que há outros factos também ligados aos mesmos acontecimentos e que às vezes podem fazer com que as coisas não levem diretamente a uma determinada conclusão. Houve vários projetos para o IP3 ou para a ligação da autoestrada. Até houve um lançado para uma autoestrada, mas isso são outras coisas, que já não era a favor.

O senhor Abílio falou aqui que agradece à câmara. Eu não agradeço à câmara que faça as coisas. Reconheço quando a câmara faz bem e faz aquilo que deve, portanto aí fico satisfeito e reconheço o que a câmara fez o que deve. Não tenho que agradecer,



Cláudia
Dr.ª

porque é a sua obrigação de quem tem essa obrigação e que se prende um pouco com aquilo que a Dr.ª Cristiana disse, que teve aqui uma visão não sei se critica ou se desconfiada em relação àquilo que podem ser os acordos com vista à desconcentração / descentralização. Como até sou um defensor da regionalização, até vou mais além. Mas tenho enormes dúvidas sobre o que é que poderá vir aí e, portanto, espero que os acordos depois daquilo que é genérico, não conheço o texto do acordo, mas tem que ser forçosamente muito genérico neste momento, quando formos para a frente que haja alguma discussão aberta e pública sobre algumas questões. Para dar um exemplo, a certa altura, pessoas do meu partido andava com a ideia que os presidentes das CCDR deveriam ser eleitos pelos presidentes das câmaras. Digo, desde já, que se aparecer uma solução dessas, sou daqueles que me manifestarei contra. Isso era o reforço daquilo que disse aqui e não é que deixe de reconhecer o importantíssimo papel dos presidentes das câmaras, seria o reforço da corporação dos presidentes de câmara, o que pode levar muito longe. A democracia, às vezes parece que para algumas pessoas atrapalha. A democracia não se confina só a alguns eleitos, que têm o mérito de ser eleitos democraticamente, mas nem só por si representam toda a democracia no país. Acho que coisas deste tipo tem de ser muito bem pensadas.

Por último, queria reconhecer aqui algo que a câmara está a fazer bem e que foi referido no relatório, que é a questão da contratação de serviços para fazer a vistoria das condições de segurança das associações. É uma questão determinante para que não tenhamos situações próximas das ocorridas em Vila Nova da Rainha, nos próximos tempos. Quero, aqui, sublinhar esta situação. Desta maneira ou de outra tem que se fazer. Primeiro o financiamento se não der para outras coisas, deve ser para salvaguardar as condições mínimas de segurança. Não tenho o exclusivo dessa situação, mas no domingo a seguir ao incêndio escrevi um texto sobre este assunto, pelo que estamos de acordo. Louvo a câmara, no sentido que reconheço que tomou uma decisão que é absolutamente necessária colocar em prática em prol da segurança de pessoas e bens.”

Foi depois a vez do senhor presidente da câmara intervir:



“Não temos esse culto de esperar o reconhecimento. Esperamos é uma avaliação justa. Não pertencemos ao grupo daqueles que acham que o indicador da popularidade se mede pelo número de cumprimentos que se dá ou não. Primamos pelo princípio da racionalidade, daquilo que é equidade e a justiça. Acreditamos que as pessoas são livres e que por serem livres são capazes de ajuizar. É esse pressuposto que nos moveu no último ciclo autárquico que tivemos. Julgo que é um grande sinal de maturidade que no nosso concelho verificámos que os resultados foram precisamente os que se apoiaram nessa matriz.

Sobre a questão do IP3, o importante serão os próximos tempos. Não deixo de reconhecer que o esforço que está a ser feito, envolvendo um conjunto de parceiros, visam a responsabilidade institucional, para tudo fazermos para encontrarmos uma solução exequível.

Não discuto, aqui, bandeiras nem tempo. De facto, quem deu o 1º subsídio à ACERT, se foi o município, em 1976, se foi o FAOJ. Avalio o que é. Faço, aqui, um paralelismo com aquilo que o Paulo Albernaz diz, porque essa teoria é interessante. “Os dinheiros são todos públicos”, claro vem todo dos impostos. Mas há uma grande diferença, os dinheiros que chegam às autarquias resultam de uma lei das finanças locais e da arbitrariedade que essa lei pode admitir do cumprimento ou não de um conjunto de pressupostos. Por essa razão, dever-me-ia substituir ao Estado no financiamento da cultura, na defesa e na proteção civil, no desenvolvimento económico? Não é isso que eu discuto. O que aqui temos de discutir é saber se o Estado Central, nesta matéria, no recurso que tem ao seu dispor está a atuar da forma que se considera mais equilibrada, mais justa e mais sólida na repartição. O que está aqui em causa é outra coisa, é saber porque é que o Estado Central, num processo como este, recua no financiamento. Tem de dizer em que é que a ACERT falhou. Se o gráfico diz que o financiamento da cultura é de oitenta milhões e se a ACERT recebe menos, é porque não cumpre com os requisitos que o Estado definiu. Como disse, temos esperança que haja uma revisão desta decisão. Mas, já agora convém dizer, o prazo subsequente à audiência previa terminou no dia 18. Nenhum de nós, até ao momento, tem informação de ter havido alteração a esse quadro.



Cláudia
José
Pedro

Nenhum de nós quer tirar proveito político da circunstância que se vive. O problema inquieta-nos. Agora, seria incompreensível que a decisão que é conhecida de colocar o financiamento da ACERT, este ano em concreto, num patamar que fica muito distante daquele que era o esperado. Não deixo de dizer que é inquietante. Que me interessa saber outras razões, alguém tem de me explicar em que falhou a candidatura ou em que falhou a análise que a decidiu. Não deixarei de fazer esta observação, sendo verdade que em momento algum viram o presidente de câmara, fazer análise política ou partidária sobre esta matéria.

De facto, a falta de memória atinge muita gente. Se me disserem que durante muitos anos não se comemorou oficialmente o 25 de abril, estamos todos de acordo. Dizer que nunca se comemorou, é outra coisa diferente. O José Manuel lembrou bem, que num processo onde o município foi parceiro, até se fez uma recriação do 25 de abril, na praça envolvente à biblioteca municipal. Mas não quero evocar todas as que aconteceram desde o início da nossa democracia.

O presidente da União de Freguesias de Caparrosa e Silves abordou uma questão. A candidatura que fizemos, nem no concelho de Tondela, nem em nenhum dos outros três concelhos, para já nesta fase, houve o envolvimento dos autarcas das freguesias. Não que não se valorize essa função. Mas, porque a candidatura não está aprovada. Submetemos uma candidatura e aquando da sua aprovação, naturalmente que teremos o interesse muito profundo em envolver os agentes de desenvolvimento local, onde estão os autarcas. A seu tempo as coisas serão trabalhadas e observadas.

Pretendemos fazer um projeto que possa dinamizar algumas áreas do Caramulo.

Em relação à descentralização, se houvesse dúvidas elas deixam de existir neste momento. Até às eleições legislativas de 2019, não haverá descentralização, não haverá alteração à lei da agregação das freguesias. Se tiverem o cuidado de ler o documento conjunto que ontem foi produzido (leitura do documento). Vamos ter uma lei quadro, leis setoriais e ensaios desta decisão. Gostaria de vos lembrar o que reafirmei no último conselho geral da ANMP, não há descentralização, porque ninguém conhece as condições



financeiras em que tal vá ocorrer. Não há dinheiro para isso. Ninguém aceita fazer descentralização na educação se em paralelo não existir valor para a reabilitação de edifícios. Mas, estarei, aqui, para conhecer, quando lá chegarmos, o Decreto-lei setorial da educação. Estarei muito atento para ouvir e ver o que vem neste Decreto-lei. O mesmo acontece na saúde, na proteção civil. Aí sim, vamos dizer que o dinheiro público é dinheiro do Estado Central e local, mas há uma lei que define como ele se aplica. Até 2021, isso não irá ocorrer. O que vamos ter é um processo muito gradual, evolutivo e a medida que existirem condições financeiras para o fazer. Todo o resto é conversa, como é conversa a circunstância de se dizer que este governo repôs a Lei das Finanças Locais. O que aqui está dito, é que seja “inscrito nos Orçamentos de Estado de 2019, 2020 e 2021, o financiamento necessário para que se assumam estas competências que venham a ser descentralizadas”. Como é sabido, também está em causa uma nova Lei das Finanças Locais. “A partir de 2019, as transferências do Orçamento de Estado para os Municípios garantam a redução anual, no mínimo de 25%, do diferencial entre a aplicação da Lei das Finanças Locais e o verificado em 2018”. Portanto, esta legislatura não cumpre a Lei das Finanças Locais. Ainda acrescenta, “que a participação do incremento do IVA assumida em função do local do consumo, deve incluir mecanismos corretivos para que seja considerado o princípio da solidariedade e da coesão”. O que aqui está é que o IVA eventual das transferências para o poder local é em função do local de consumo, o que diz bem que serão os centros urbanos de maior densidade comercial que virão a beneficiar com esta medida. Já agora, permitam que conclua, “a reforma da organização subnacional do Estado”, leia-se em boas palavras reforma das freguesias. “Até final de junho de 2019 deverão promover-se estudos aprofundados a executar por Universidades com reconhecidas competências académicas na investigação sob políticas públicas e sobre organização do Estado”. Não dúvidas sobre isto. Esta sessão legislativa não vai contribuir para a reversão da reforma que, em particular os partidos da esquerda radical, assim o querem. Não vamos ter descentralização de competências neste quadro legislativo. Não vamos ter a reversão das freguesias. O que vamos ter? Não sei. Teremos um conjunto de princípios que em abstrato todos concordamos, mas quando chega à hora da verdade de saber quanto o Estado gasta a fazer esta função e me perguntar se a faço mais barata ou não, porque é que é importante, não pode pedir que a faça mais barata e melhor do que o



Estado faz, porque para fazer bem e preciso recompor aquilo que durante anos não está a ser bem feito. Estaremos todos muito atentos e depois falaremos.”

2.2. Apreciação discussão e votação da conta de gerência de 2017

O senhor presidente da mesa da assembleia deu a palavra ao senhor presidente da câmara:

“Senhor Presidente, restantes membros,

Em primeiro lugar, gostaria de vos lembrar que o saldo de gerência do ano passado rondou os 5,4 milhões de euros. Em contrapartida, temos este ano um saldo de gerência de 8 394 000€. Se a este montante retirarmos cerca de 990 000€, que são operações de tesouraria, como sabem este dinheiro está à guarda do município, mas não é seu, temos aqui um saldo orçamental de 7 400 000€. Julgo que isto que de facto merece este registo e esta observação. Naturalmente, que neste saldo orçamental está a importância do empréstimo contraído em 2016 que ainda não foi usado. Para aqueles que tinham dúvidas sobre a bondade ou a verdade dos nossos argumentos, o que sempre dissemos é que este empréstimo, contraído em 2016, era tão e só para financiar as obras que acessem a fundos comunitários ou para as quais os fundos comunitários não permitissem o seu correto financiamento. Dissemos quais eram: zonas industriais; áreas no domínio do saneamento, nomeadamente no Guardão, Lajedo, a aquisição das viaturas para as freguesias, para transporte escolar em particular. Identificámos os domínios em que tal ia ocorrer. Ainda não mobilizámos 2,4 milhões de euros, porque vamos utilizando à medida que as obras forem evoluindo. Naturalmente que gostaria de ter a Zona Industrial de Tondela em execução. Infelizmente os acontecimentos de outubro passado, levaram-me a que tenha grande parte dos meus serviços técnicos e outros externos a acompanhar esta operação de reconstrução gigantesca que vamos ter que fazer. Ora, se a zona industrial não começou, 15 % de 2 milhões são 300 mil, se o saneamento no Caramulo está para começar no valor de 1.5 milhões, 15 % são 225 mil euros, tudo somado justifica o facto que a 31 de dezembro de 2017, neste saldo de 7.4 milhões de euros, estarem basicamente 2,4 milhões que são resultantes da operação de empréstimo.



Claro que se eles estão aqui, também estão, pois, refletidos no endividamento, como não poderia deixar de ser.

Temos aqui um pagamento em atraso de cerca 15 mil euros que basicamente corresponde a um diferendo que temos com a Refer. Não é um pagamento que resulte da não capacidade financeira para o pagar. É um problema de contencioso: o município, no passado, estabeleceu com a Refer um contrato à luz do qual, recebeu o direito de superfície temporário do corredor ferroviário, no nosso concelho, da linha de Santa Comba Dão a Viseu, onde está a ecopista. Em paralelo, fez um adicional neste contrato, onde também tinham os espaços dos edifícios, das estações e apeadeiros, à época numa primeira fase, exceto São Miguel do Outeiro/ Parada de Gonta, mas que, depois, também veio a integrar e isso tinha um valor de pagamento previsto. Consequente aos investimentos feitos na reabilitação de todos esses edifícios, porque fomos nós que o reabilitámos. Estabelecemos, em 2014, um acordo em que íramos ter uma operação de regularização contabilística, isto é, tecnicamente eles faturavam-nos as rendas e nós tecnicamente teríamos um retorno que anulava essa fatura; basicamente é uma operação contabilística. De lá até hoje esse processo do lado deles não está regularizado, razão pela qual nós não estamos a pagar, porque temos um acordo que tem que ser verificado. Portanto, quero explicar é na defesa do interesse financeiro do município que existe este pagamento em atraso, que não é de forma alguma por qualquer dificuldade de gestão. Aliás, se virmos o nosso prazo de pagamento, é de 15 dias. Quem dera a tantas empresas e a tantos municípios ter este prazo de pagamento.

Segunda observação, sobre o nosso endividamento. Em 2016, tínhamos um endividamento de 4 milhões e 36 mil euros. Note-se, que em 2016 nós não tínhamos mobilizado o empréstimo, portanto 2,4 milhões do empréstimo não estavam aqui nestes 4,36, se lá estivessem o nosso endividamento era 1.5 milhões. É precisamente o endividamento que temos em 2017. A nossa margem de endividamento disponível é 1.5, porque nós fizemos esta operação de endividamento. Mas não deixo de dizer que vamos chegar ao final deste mandato com maior margem de endividamento disponível, do que o que tínhamos em 2017. Isto, por uma razão simples, vamos começar já este ano a



Cleud
Am
D

amortizar cerca de 500 mil euros, ao ano, do empréstimo contraído, porque nós só o quisemos fazer por 10 anos. Tive o cuidado de dizer isso. Portanto, chegaremos ao final deste mandato com uma margem de endividamento superior aquela com que iniciamos este mandato. Tal como em 2017, construímos uma margem de endividamento superior à que tínhamos disponível em 2013. Quero justificar essas questões que me parecem muito importantes aqui referir.

Como me parece importante referir, contrariando algumas teses eleitoralistas, de que o presidente do município em 2017 por ser ano de eleições iria perder a cabeça, iria descontrolar orçamentalmente a câmara. Ora, estes resultados a primeira coisa que evidenciam é que de facto a nossa situação financeira é de longe e desde sempre a melhor. Não vivemos nenhum período nem de despesismo, nem descontrolo das contas publicas, nem um expansionismo eleitoral que pudesse por em causa a segurança futura. De facto, isso julgo que é um reconhecimento, não é um agradecimento, é um reconhecimento que se deve fazer á gestão financeira da autarquia.

Gostaria ainda de fazer mais duas referencias: uma que tem a ver com uma circunstância do nosso resultado liquido. O nosso resultado liquido está ou tem um impacto de quase 2 milhões de euros, que estão em transferências. Quando a câmara municipal faz um arruamento, isto é despesa de capital, logo é amortizável, quem diz um arruamento diz um investimento. Entra no nosso plano de amortizações e levamo-lo ao nosso ativo. Quando nós fazemos um protocolo com a junta de freguesia, para fazer precisamente a mesma obra, isso sai-nos como uma despesa de capital. Não entra nas nossas amortizações. Isto que acontece com as freguesias, aconteceu de igual forma com o contrato de desenvolvimento desportivo. O contrato de desenvolvimento desportivo foi um apoio em capital, apesar de ser para uma obra que, contabilisticamente, não entra no nosso mapa de amortizações. Portanto, por essa razão nós temos cerca de 2 milhões de euros que estão a justificar o aumento da despesa de capital, porque tem a ver muito com os contratos/programa que fizemos com as freguesias e associações em 2017 e, ao mesmo tempo, o contrato de desenvolvimento desportivo que tiveram tratamento contabilístico em 2017.



Clay
D
P

Quero ainda fazer uma referencia à evolução das nossas receitas, onde se verifica que fomos absolutamente prudentes. As generalidades das nossas receitas tiveram um comportamento sensivelmente todas acima dos 100 %. O que quer dizer que fomos muito sensatos nessa ponderação quando fizemos o orçamento, porque seria fácil em manipulá-las, se essa fosse a nossa visão. Mas também quero fazer uma justificação, porque é que o nosso plano de despesa e a nossa despesa ronda os 70 %, aliás em linha com o que tínhamos em 2016. Temos um desvio significativo na execução da despesa em domínios, como por exemplo o saneamento, pelas razões que já dissemos. Nós temos as nossas obras do POSEUR, nomeadamente no Caramulo, e na zona industrial do Lajedo, atrasadas. Temos aqui um desvio de 2,4 milhões de euros. Atrasadas, porque os projetos estão a ser revistos, por uma razão simples, A Zona Industrial do Lajedo, há um ano e meio atrás não estava dimensionada para aquilo que hoje estamos a projetar. Hoje estamos a projetar a Zona Industrial do Lajedo para quase duplicar aquilo que inicialmente estava previsto. Tudo isto tem este impacto. Há um desvio nesta matéria, como outros projetos como é o caso da nossa frente Ribeirinha, com o projeto aprovado e financiamento aprovado, ou do Centro Tecnológico do Empreendedorismo que ainda não conseguimos colocar na rua, não por falta de projeto nestes casos, mas por falta de tempo e esperamos que agora com o arranque destas empreitadas de habitação, de realojamento e de reconstrução das habitações, já possamos olhar de facto para estes temas que são tão importantes.

Por fim, sobre o resultado liquido e as suas aplicações, nomeadamente em termos de reserva local e de resultados transitados, estão á vossa frente e à vossa disposição. Penso que estes indicadores, não querendo tirar o devido destaque e proveito que a circunstância tem, mas julgo que nunca como hoje deveremos ter confiança na solidez das contas do município que são de facto das melhores contas possíveis.”

Após a intervenção do senhor presidente da câmara, solicitou a palavra e interveio o membro António Ferreira. (anexo6)

Tomou da palavra o senhor presidente da mesa da assembleia e, não havendo mais intervenções em agenda, a conta de gerência de 2017 foi colocada à votação tendo



Handwritten signature and initials in blue ink.

sida aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Paulo Albernaz, Carlos Veiga, Jorge Batista, Marisa Fernandes, Mário Simões e Francisco Coutinho. E os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Nelson Almeida, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Mafalda Felgar, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, , Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, e Paulo Roberto Carvalho.

O membro Rui Santos pediu a palavra e efetuou uma declaração de voto, que se transcreve:

“Declaração de voto

Relatório e Contas da CMT

O Grupo dos eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tondela abstém-se na votação do Relatório e Contas da CMT relativos ao ano de 2017 atendendo a que:

a) Embora um ligeiríssimo atraso em relação ao limite do prazo legal e regimental na chegada à nossa posse dos documentos relativos a este ponto da Ordem do Dia não seja significativo para o caso, o tempo disponível para apreciação de documentos com a complexidade destes não é, sobretudo para quem não é especialista e não participou nos órgãos autárquicos que acompanharam a generalidade da execução orçamental de 2017, não nos permite estar a emitir uma opinião com a fundamentação que consideramos desejável;

b) Os relatórios externos dos Revisores de Contas levantam algumas questões que, pelo menos para o futuro, devem ser ponderadas e corrigidas na forma de apresentação do Relatório e procedimentos internos de controlo de contas;



Alves
Jm
Ar

c) Que há alguns desvios significativos entre o orçamentado e o executado, nomeadamente nos apoios sociais, para que as explicações apresentadas são insuficientes;

d) Que, como já foi referido anteriormente, não acompanhámos por não integrarmos este órgão municipal no ano em que se aprovou o Orçamento e desenrolou a execução orçamental a que o Relatório e Contas se refere.”

2.3 Análise, discussão e votação da 2ª revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e dezolito

Foi dada a palavra ao senhor presidente da câmara:

“Nesta revisão houve a incorporação do saldo da conta de gerência. Houve, igualmente, a reposição do orçamento em algumas rubricas e domínios, à data de 1 de janeiro, o que não é novidade para ninguém. Disse-o em anteriores alterações que a falta do saldo de gerência, obrigou-nos a mexer em algumas rubricas para reafetar. Portanto, vamos repor o equilíbrio normal do orçamento. Incluí, também, duas rubricas novas, uma é a “Faixa de Interrupção de Combustível”, porque estamos a substituir-nos ao Estado. Tínhamos “Faixa de Combustível”, aquilo que é nosso, mas face a alterações da Lei que nos dá a “obrigatoriedade” de executar uma FIC, introduzimos essa nova obra. Tal como introduzimos um novo projeto para nos substituímos aos privados. O resto é reposicionamento do orçamento, um reforço no domínio associativo, para fazer face ao que tinha dito em fevereiro, para fazer também intervenções necessárias àquilo que os relatórios das vistorias nos venham a relatar.”

Não havendo mais intervenções, a segunda revisão do orçamento e grandes opções do plano foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Paulo Albernaz, Carlos Veigas, Jorge Batista, Marisa Fernandes, Mário Simões e Francisco Coutinho. E os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Nelson Almeida, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Mafalda Felgar,



Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, , Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, e Paulo Roberto Carvalho.

O membro Rui Santos, solicitou a palavra e efetuou uma declaração de voto que se transcreve:

“Declaração de voto

1ª Revisão Orçamental

O Grupo dos eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tondela abstêm-se na votação da proposta da 2ª Revisão do Orçamento para o ano de 2018 atendendo a que:

- a) Foi de abstenção a nossa posição na votação da proposta inicial de Orçamento para 2018.
- b) Esta revisão apenas faz redistribuição de afetação de recursos financeiros que se encontram disponíveis em resultado de empréstimo anteriormente contraído sobre que CMT tem responsabilidades com encargos sem aplicação até agora desses recursos;
- c) Que a proposta não altera os pressupostos que justificaram a nossa abstenção em relação à proposta inicial.”

2.4 Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município e Juntas / Uniões de Freguesia do concelho no âmbito do projeto "Saúde em Dia"

O senhor presidente da câmara interveio explicitando que o município desenvolve em parcerias com as juntas /uniões de freguesias os projetos de combate ao sedentarismo o que implica um pagamento aos monitores/formadores/técnicos de desporto. Para fazer face a esta despesa é celebrado o contrato Interadministrativo.



Não havendo intervenções, os contrato interadministrativos foram colocados à votação, tendo sido aprovados por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Nelson Almeida, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Mafalda Felgar, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

2.5. Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município e as Juntas e Uniãoes de Freguesia do concelho no âmbito do desenvolvimento do transporte escolar e outros transportes de interesse social, bem como apoios do movimento associativo local no concelho de Tondela

O senhor presidente da mesa deu a palavra ao senhor presidente da câmara para informações sobre o ponto em debate:

“As viaturas que foram adquiridas e que são objeto deste contrato são essencialmente para transporte escolar, pela razão que as viaturas anteriores têm 16 anos, não podendo, hoje, efetuarem este tipo de transporte, mas podem estar disponíveis para o movimento associativo ou outro tipo de atividades.

Em todo o caso, estes novos veículos como são para transporte escolar ficaram dispensadas de pagamento de imposto automóvel. Estamos a estudar a circunstância de saber se perante as autoridades, uma viatura destas pode transportar outras pessoas que não sejam alunos, e se tal tem alguma implicação.

Muitas freguesias, para além destas viaturas, mantem na sua esfera de competências as viaturas antigas.



Gostaríamos, quando possível, de as transferir estas novas viaturas para as juntas de freguesia. Atendendo a terem sido adquiridas com recurso a empréstimo, teremos de ficar com elas durante alguns anos, tal como aconteceu com as anteriores.”

O membro Rui Santos interveio:

“Atrevia-me a sugerir que não votássemos isto hoje, senão iremos abster-nos, porque haverá uma dúvida se não estaremos a aprovar um contrato Interadministrativo que não tenha alguma ilegalidade. Tenho dúvidas que se o livrete indica que é para transporte de crianças, se houver transporte de outros, e, em caso de intervenção policial, não possa existir sanções. Tenho duvidas que esteja ferido de alguma ilegalidade, o que nos possa responsabilizar. Não me responsabilizo por uma questão que neste momento tenho dúvidas se é ou não legal.”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“Não vejo nenhum problema no protocolo que é para transporte escolar e outros transportes de interesse social. Se transportar miúdos de determinado clube, estou a transportar jovens. Aquilo que eu diria é uma recomendação às freguesias: enquanto esta matéria não estiver clarificada não transportar outros que não sejam jovens. Estamos com vontade de ser proactivos, de resolver as questões e tive o cuidado de informar esta circunstância e estamos a fazer essa avaliação. em nada o protocolo está ferido do que quer que seja. O que é determinante é o livrete. Mas, se esse for um obstáculo, para os outros transportes ditos não escolares de jovens, as freguesias têm outras alternativas. Este protocolo também é preciso para possibilitar aos condutores, enquadrados pelas freguesias, que as possam conduzir, atendendo ao facto de tais viaturas estarem em nome do município.”

Colocado o ponto à votação, os contratos interadministrativos foram aprovados por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Paulo Albermaz, Carlos Veigas, Jorge Batista, Marisa Fernandes. E os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Nelson Almeida, Sérgio Rodrigues, , Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Mafalda Felgar,



Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

O membro Rui Santos entregou e leu uma declaração de voto, que se transcreve:

“Declaração de voto

Proposta de Contrato interadministrativo de delegação de competências da CMT e as Juntas de Freguesia e das Uniões de Freguesias para desenvolvimento do transporte escolar e outros transportes de interesse social associativo

O Grupo dos eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tondela abstém-se na votação da proposta de contrato interadministrativo entre a CMT e Juntas de Freguesia atendendo a que:

- a) Reconhecemos a necessidade da regular e criar condições para a efetivação das finalidades expressas na proposta de contrato, cuja proposta parece já ter acolhido o acordo das Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesia;
- b) No entanto, segundo a informação transmitida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal nesta sessão da Assembleia de Municipal, que foi confirmada com o debate acerca da situação, as carrinhas têm apenas como utilização para transporte escolar de crianças registada no livrete;
- c) O texto do contrato prevê a sua utilização para outros tipos de transporte que de facto são importantes, mas não podem fazer em virtude das especificações do livrete, situação que obriga a diligências em curso para tentar a sua alteração, o que pode não ser fácil em função do equipamento interior;
- d) Assim, o contrato prevê situações de utilização das carrinhas em que estas não podem ser usadas sob penas de coimas aos utilizadores e até apreensão das mesmas, para além de poderem surgir problemas com seguros das viaturas se as mesmas forem usadas para finalidades das consignadas nos respetivos livretes.



Cleud
A
R

- e) Daí considerarmos que, até à possível ultrapassagem das especificações dos livretes das carrinhas, os contratos apenas deveriam mencionar a utilização das mesmas para transportes escolares. “

2.6. Análise, discussão e votação do Regulamento de Incubadora de Empresas

O senhor presidente da câmara interveio e informou que o objetivo do regulamento é a regulação da incubadora de empresas.

O presidente da mesa deu a palavra aos membros da assembleia para intervenções. Vera Machado interveio:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados Municipais,

Comunicação Social

Começar a minha intervenção por dar os parabéns ao executivo municipal na pessoa do Senhor Presidente pelo documento que traz aqui hoje à Assembleia Municipal.

Muitas das vezes, aqui e em outros fóruns, desvalorizam-se estas ferramentas por não gozarem de uma materialidade palpável, porque não se vê o betão ou o alcatrão, e focamo-nos em discussões muito mais ruidosas, provavelmente mais impactantes do ponto de vista da comunicação, mas que muito pouco representa na verdadeira coesão territorial.

Uma incubadora de empresas, isoladamente, não é um elemento estruturante para o desenvolvimento de uma comunidade.

Mas um conjunto de medidas concertadas, que dinamizem este género de espaços e corporizem atração de investimento inovador e altamente qualificado, farão a diferença na captação de talentos e conseqüente fixação de pessoas.

Olhando para este documento de forma mais aprofundada, ele reveste-se de intemporalidade e dinamismo, característico destes espaços de conhecimento e empreendedorismo.



Cleus
So
PS

Este regulamento está preparado para funcionar em qualquer espaço e/ou conceito, não é uma ferramenta rígida, e bem.

Assistimos frequentemente a políticas autárquicas que criam espaços, mas esquecem-se do fundamental, mais do que edifícios, é necessário construir modelos que lhes deem vida e utilidade.

Uma das nuances deste regulamento que me parece muito relevante prende-se com o facto de não se balizarem áreas de negócio.

É possível acolher empresários das novas tecnologias até aqueles que pretendam criar valor no setor dos produtos endógenos ou na agricultura.

Outro elemento diferenciador é o aparecimento da incubação virtual, encarado por alguns como offshores ou outras formas encapotadas de não tributar rendimentos.

Mas caros deputados, quem entende desta forma a incubação virtual é alguém completamente obsoleto que não sabe o que é o mundo global e as novas gerações.

Não confundamos orientações ideológicas com modernização e vanguardismo.

Esta possibilidade de sedear um negócio de elevado valor acrescentado na nossa comunidade, ainda que não disponha de espaço físico, é garantir que as obrigações fiscais da empresa são tributadas em Tondela.

É garantir que o Concelho oferece um modelo de incubação ao nível das melhores práticas europeias de políticas de empreendedorismo.

Mas parece-me que o executivo terá que ser ainda mais arrojado e ambicioso.

Não basta a implementação da incubadora, é preciso muito mais.

E neste contexto parabenizar o Senhor Presidente da Câmara Municipal pelo encontro promovido entre as empresas do setor automóvel e a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

É um sinal de aproximação da investigação à realidade laboral, é a consolidação de uma estratégia conjunta que valoriza o nosso concelho.



Alcides
Am
PS

Mas como disse há pouco, temos de ir mais longe.

Temos que fazer “pesca a linha”, temos que ir aos Institutos de Investigação e às Instituições de Ensino Superior buscar os melhores projetos.

Temos que direcionar os empreendedores para áreas estratégicas do território, e temos que sobretudo captar aquelas ideias que potenciem os recursos existentes na nossa comunidade.

Há setores económicos que devem e têm que ser explorados, na medida em que temos enormes vantagens competitivas.

A criação de clusters tem que ser uma prioridade enquanto alavanca para outros pequenos negócios de elevado valor acrescentado e que gravitam em torno destes grandes grupos económicos.

Outro desafio que deixo é o apoio à investigação aplicada à indústria.

Têm que ser implementadas parcerias entre os diversos atores, parcerias essas que permitam a permanência a médio e longo prazo de recursos humanos altamente qualificados e direcionados.

A diferenciação não se constrói com medidas avulsas, a inovação concretiza-se com uma estratégia apoiada em várias ações complementares.

Um território é desenvolvido não só pelo número de postos de trabalho indiferenciado que é capaz de criar, um território diferencia-se pela capacidade que esses postos de trabalho têm de gerar outros.

Um território é liderante sobretudo pela massa crítica e conhecimento que formos capazes de atrair e fixar nas nossas comunidades.

O elixir do desenvolvimento e da qualidade de vida está em cada jovem altamente qualificado que convencemos a sentir Tondela como nós.

Esse jovem, somado a outro, e a mais outro, fará toda a diferença num território que diariamente sente o envelhecimento como uma morte lenta, mas de uma terra que teima em não esmorecer.”



Cláudio
L. B.
P. S.

Colocado à votação pelo presidente da mesa, o regulamento atrás referido foi aprovado por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Paulo Albernaz, Carlos Veigas, Jorge Batista, Marisa Fernandes, Mário Simões e Francisco Coutinho. E os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Nelson Almeida, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Mafalda Felgar, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, e Paulo Roberto Carvalho.

Seguidamente, tomou da palavra o membro Rui Santos para efetuar uma declaração de voto, que se transcreve:

“Declaração de voto

Regulamento Incubadora de Empresas

O Grupo dos eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tondela abstêm-se na votação da proposta de Regulamento da Incubadora de Empresas atendendo a que:

- a) Consideramos importante a tomada de iniciativas que possam potenciar a fixação de empresas no Concelho;
- b) Discordamos de algumas opções assumidas no articulado, que em alguns casos assume, na nossa opinião, excessivas formalidades burocráticas e não prevê de forma expressa a participação de entidades como o Instituto Politécnico de Viseu ou outras Instituições de Ensino Superior na análise dos projetos candidatos;
- c) Que a proposta foi submetida a discussão pública quando ainda não tínhamos sido eleitos para esta Assembleia, sem que nessa discussão tenham sido apresentadas objeções ao texto, pelo que não faz sentido que votemos contra.”

2.7. Análise, discussão e votação de desafetação de domínio público para domínio privado de uma parcela de terreno



O senhor presidente da câmara interveio para dar informação mais detalhada sobre este ponto:

“Trata-se de uma pequena parcela integrada no domínio público situada na rua António Coimbra para integrar o domínio privado, para uma eventual permuta de uma operação urbanística.”

Não havendo intervenções, a desafetação de domínio público foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Martinho Rodrigues, Nelson Almeida, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Mafalda Felgar, Marisa Fernandes, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

2.8. Apreciação do inventário de bens e direitos patrimoniais

Não houve intervenções.

2.9. Apreciação do relatório da comissão de acompanhamento do Contrato de Desenvolvimento Desportivo

Não houve intervenções.

2.10-Outros assuntos de interesse para o concelho.

O membro Arménio Marques interveio:

“Queria dar os parabéns pela limpeza efetuada no concelho. Mas queria alertar que vejo colchões, caixas de frigoríficos, mesas e outros objetos vários dias, pelo que solicito que alerte os funcionários para efetuarem a recolha desse tipo de resíduos que se encontram junto aos caixotes do lixo.”



Cláudio
Fry
D

3-Período aberto ao Público.

Interveio o senhor Joaquim Santos:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, senhores deputados.

Muito boa tarde.

Queria só fazer aqui algumas referências a algumas declarações que aqui foram feitas. Primeiro ao Guilherme, que já lhe tinha dito que iria responder. Confundiram, como é normal em vocês, a árvore com a floresta. Fiz uma intervenção na câmara municipal, não acerca do conteúdo da moção sobre o IP3, para a qual andaram a recolher assinaturas, mas sim aquilo que foi dito publicamente. E também, da posição que a câmara municipal tomou acerca da ACERT. Disse isso, numa intervenção na penúltima reunião da câmara municipal, no período antes da ordem do dia, porque o executivo andou a recolher assinaturas, tal como tomou uma posição acerca da ACERT. Aliás, dois assuntos que não foram levantados na câmara municipal. Votei a favor de uma proposta de uma moção acerca do IP3, que foi aprovada por unanimidade e que efetivamente não tinha carga política. Quando o Guilherme vem, para aqui, “insinuar” que vim criticar a posição dos autarcas, eu não critiquei a participação dos autarcas. O que critiquei foi a notícia que veio nas páginas, da rede social da câmara municipal de Tondela e no site, a dizer “o executivo”. Tive de recordar e não foi a primeira vez que fiz ao senhor presidente da câmara que o executivo é composto por sete pessoas, todos eles eleitos pela mesma legitimidade.

Quanto à posição do PS, já foi aqui dita, mas também não é a primeira vez que defendo a requalificação do IP3. Há anos que o ando a dizer. O que nós pensávamos da ligação Viseu / Coimbra, está escrito no programa que o Partido Socialista apresentou às eleições autárquicas, que era uma via rápida, Viseu a Coimbra, e sem portagens. Vocês, PSD, é que não sabem o que querem. Conhecem a posição do vosso deputado e presidente da Câmara de Viseu que tomou na Assembleia da República? Agora, querem uma autoestrada. Mas vocês querem uma via rápida. O senhor presidente da Câmara quer uma via rápida sem ser portajada. Quer a duplicação do IP3, muito bem, concordo com isso. Agora, entendam-se. Vocês é que não sabem o que querem.



Quanto à radioterapia, está em andamento o processo de candidatura.

Já agora não posso deixar de fazer uma referência ao senhor presidente da câmara. Tomei uma posição na câmara municipal, no devido lugar acerca da cerimónia da assinatura do contrato para as habitações afetadas pelo incêndio. O senhor teve oportunidade de rebater comigo na própria reunião da câmara municipal, onde eu disse que achei estranho e fiquei incomodado quando a senhora presidente da CCDRC disse numa cerimónia pública e repetiu por algumas vezes, “que as empresas não iriam ficar ricas com aquele negócio”. Achei estranho e até disse que se não soubesse o que se estava a passar, ficava em crer que aquele consórcio, de três empresas, vai ter prejuízo, que são uma espécie de instituição de caridade que está aqui para nos ajudar. Referi que não vão ficar ricas, porque não há nenhuma empresa que fica rica com um negócio. Agora o que é verdade é que com o IVA, o preço do m² de construção fica a 825€. Se alguém aqui tiver a noção de quanto custa o m² de construção normal, que faça as contas. Nessa intervenção disse que ficava 40% acima, mas fica muito mais acima do valor do mercado, a não ser que os acabamentos sejam de luxo. Até disse, que para isso deve haver uma fiscalização rigorosa da câmara municipal, dado que a obra é da CCDRC. Veio para aqui dar essa bicada, portanto acho que foi despropositada.

Já agora, em relação ao 25 de abril, é verdade que a Câmara fez aprovar um protocolo com a ACERT, e discutimos também isso, onde estava incluído o protocolo anual igual ao do ano passado, estava mais uma verba de 6 000€ para as comemorações do 25 de abril. Eu congratulo-me por a câmara finalmente ir comemorar o 25 de abril. Já foi dito aqui, se veio um chaimite ou não, acho que não é uma forma de comemorar o 25 de abril, isso faz parte da pedagogia que deve ser feita aos nossos jovens. Sempre falei nisso aqui, até houve uns anos em que a Câmara Municipal nem sequer hasteava a bandeira nos Paços do Concelho. Muito obrigado.”

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Não vou falar para responder a um vereador, porque tenho oportunidade de o fazer na câmara. Mas, só para corrigir as suas imperfeições, quero precisar, incorreções,



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 20-04-2018

a Câmara não atribuiu só mais 6 000€, para o 25 de abril, também atribuiu para verba para o Jazzin.

Quando nós queremos fazer querer aquilo que não sabemos que é assim, mas queremos fazer querer, insistentemente vamos ao mesmo argumento. Toda a gente sabe qual é o preço em todos os consórcios. É de 500€ para a construção, 120€ de demolições e consolidações, 30€ para o projeto. A obra vai ter a fiscalização externa da CCDR. Não se faça notícia daquilo que não é notícia. Se vos dá gosto viver com ilusão. Viva o 25 de abril. Muito obrigado.”

O membro António Ferreira tomou da palavra para afirmar que cada um comemora o 25 de abril da forma como entende. Que às vezes não comemorar nada tem de menos positivo, é, também uma forma de comemorar as coisas. Referiu, em relação ao membro Francisco Coutinho, que o 25 de abril não é dos partidos de esquerda, que é de toda a gente. Que a liberdade é respeitar o outro e a forma como comemora ou não.

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O Presidente: Carlos Correia

O 1º Secretário: Ildefonso

O 2º Secretário: António Leão

①
Cláudia
JS
PS

Assembleia Municipal de 26/2/18

Página 30 Proposta de acta.

Correcção do texto da declaração de voto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

"Senhores presidentes, caros deputados.

Esta declaração de voto é a título individual, de quem trabalhou 44 anos na educação e formação. Tenho que um objetivo primordial das escolas é a promoção do sucesso educativo que é fundamental para a construção da igualdade de oportunidades entre os alunos. Somo um país, como diz o penúltimo relatório da OCDE, onde temos exames a mais e pedagogia a menos. É bom que tomemos as ações de pedagogia necessárias para que se promova o sucesso educativo e, sobretudo, que isso abranja as zonas onde há estratos ou grupos socialmente afetados pelo insucesso escolar, que não tem só a ver com o nível socioeconómico. Sou um partidário das correntes pedagógicas que não defendem um currículo único e absoluto, mas que integre componentes locais do currículo como forma de o enriquecer e de valorização da história e das culturas locais e regionais. Mas também tenho uma costela da corrente utilitarista da pedagogia, pelo que defendo que essas componentes devem ser úteis para a formação prática e para a educação para a cidadania dos alunos. As vezes queremos fazer algumas coisas que são umas "espécies de moda pedagógica" e gastamos tempo e recursos em atividades que em termos concretos e práticos são muito pouco significativas para o futuro dos alunos, como por exemplo a formação em ioga, ainda que nada tenha contra os seus praticantes. Portanto, espero que estes projectos da CIM não entrem nesses excessos. Que sejam bem articulados com as escolas, o que parece nem sempre ter sido suficientemente acautelado e, sobretudo, que os projectos a desenvolver não sirvam para justificar a contratação de animadores ou professores bem determinados por razões que pouco o nada têm a ver com razões pedagógicas."

Rui Santos
 Rui Santos



O RETOMAR DOS INCÊNDIOS

Ainda não se apagaram da nossa memória, os horrores e as lágrimas dos incêndios que fustigaram a nossa região e uma grande parte da zona centro do País, e eis que em pleno início da Primavera e apenas com dois dias de temperaturas absolutamente normais para esta época do ano, somos novamente confrontados com incêndios precoces. O medo instalou-se de novo entre nós. A fúria dos deuses, ou a incompetência de quem dirige e coordena os serviços contra incêndios, voltou de novo à ribalta. É tempo dos verdadeiros responsáveis por este estado de coisas, serem chamados à razão. Se for por incompetência deverão ser substituídos, se for por negligência, os tribunais e a justiça (uma nova e verdadeira justiça) deverão fazer o seu trabalho. Se for fogo posto, castiguem-se de uma vez por todos os respetivos criminosos. Pelo que nos foi dado ouvir na comunicação social, os incendiários do Pinhal de Leiria, não eram loucos, mas ao contrário pessoas muitíssimo inteligentes. O eco das pessoas a quem foi tirada a substância mais importante das suas vidas – os seus filhos, os seus maridos ou esposas, os seus pais, outros familiares e amigo ainda ecoam nos nossos ouvidos. E isto aconteceu à relativamente pouco tempo, mais precisamente há cerca de sete meses, e não pode voltar a acontecer. Um incêndio isolado tolera-se e é normal. Uma cata dupla de incêndios já não é normal. É incoerência ou crime. E de nada valem as vindas e as promessas muitas vezes vãs do Senhor Presidente da República, Primeiros-ministros, Ministros, Secretários de Estado, Autarcas, e tantos outros, bem como as manifestações de dor e de solidariedade, junto das pessoas mais afetadas pelos incêndios se passado pouco tempo tudo volta a ser como antes. Atuemos rapidamente e em força. Os incêndios, como sempre tem acontecido até agora, não se combatem nos gabinetes nos primórdios do Verão. O combate aos incêndios

deve ser preparado no início de cada ano. Quem não entender isto, o melhor é dar o seu lugar a quem o entenda.

Clu
B
P

Abílio Rodrigues dos Santos

01/03/2023
C. C. C.
J. J. J.
P. P. P.

A SAUDE EM PORTUGAL

Á relativamente pouco tempo, Portugal e os portugueses ficaram chocadas com uma notícia transmitida em todos os canais de televisão e noutros órgãos de comunicação social, que dizia haver crianças a fazer tratamentos de quimioterapia nos corredores do Hospital de São Joao no Porto. Como quase todos somos pais, nenhum de nós como é óbvio gostaria de ver um filho seu, nestas condições. Soube-se dias depois que situações como estas, ou bastante semelhantes a estas, são prática comum em muitos hospitais do País. Tudo isto significa, que algo vai mal na saúde em Portugal. Será por falta de verbas para o Ministério que a tutela? Julgo que não, pois isto foi rapidamente desmentido pelo Senhor Ministro da Saúde. Todavia as razões que ele invocou para o que estava a acontecer nos serviços de saúde, foram para mim, leigo na matéria, pouco convincentes. E das duas uma, ou há mesmo falta de dinheiro, ou existe então, má gestão e orientação dos gestores dos hospitais públicos. Mas mais surpreendido fiquei, quando poucos dias depois, li e ouvi na comunicação social, uma notícia de procedimentos pouco éticos e não recomendáveis, feitas por deputados de todos os partidos políticos com assento na Assembleia da República, que recebem subsídios de transportes que não chegam a utilizar. Para o Senhor Presidente da Assembleia da República, e provavelmente para todos os deputados, independentemente dos partidos que representam estes procedimentos são todos legais e eticamente irrepreensíveis. Não pretendo com isto, no



caso de este procedimento ser juridicamente legal e irrepreensível, castigar os dez deputados visados na comunicação social, com valores que atingem cerca de 370.000.00€. Todavia, entendo que num país democrático como o nosso, situações como estas deveriam ser extensivas a outras áreas, que não só aos ilustres deputados que zelam pelos interesses dos portugueses. Ou então, altera-se a lei, e com um pouco mais de sacrifícios financeiros os hospitais não vão permitir nunca mais que crianças sejam obrigadas, a fazer tratamentos de quimioterapia nos seus corredores, ou que haja pessoas a esperar cerca de 2 anos a esperar por consultas médias e intervenções cirúrgicas.

Abílio Rodrigues dos Santos

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela
(de 20 de fevereiro de 2018 a 16 de abril de 2018)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

1-

A reconstrução das habitações permanentes atingidas pelos incêndios de outubro do ano passado continuou a ser, nos últimos meses, uma das nossas grandes prioridades, pois só descansaremos quando todos tiverem as suas chaves na mão.

Depois de termos sido o primeiro município a lançar a empreitada de reconstrução de habitações permanentes, mas também o primeiro município onde a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C) assinou o contrato com o consórcio responsável pelas obras de reconstrução das habitações, fomos também o primeiro município a receber o visto do Tribunal de Contas.

Faz hoje precisamente uma semana que o Tribunal de Contas concedeu o visto ao contrato de empreitada, que prevê a reconstrução de 94 habitações permanentes - 74 reconstruções totais e 20 parciais-, num valor aproximado de 12 milhões de euros.

Esta rápida avaliação do Tribunal de Contas, que também se deve à forma absolutamente correta com que a CCDR-C instruiu todo o processo de contratação, faz com que já se possa avançar com as obras no terreno, reforçando, no imediato, a esperança dos que perderam as suas habitações em outubro do ano passado.

É um passo imprescindível para que todas as obras possam estar concluídas até ao final do ano, como é nossa pretensão.

Bem sabemos como este objetivo é difícil, mas tudo faremos, mobilizando prestadores de serviços e sub-empregados locais, para que seja dado um grande exemplo ao país, na organização, na estratégia e na eficácia desta missão. Não nos desviaremos deste objetivo.

Uma boa parte do caminho já foi percorrido e, neste momento, encontramos-nos numa fase avançada, com as construções a avançarem para o terreno.

Nunca nos poderemos esquecer que cada caso é uma casa e que o facto de os projetos serem diferenciados obriga a uma exigência acrescida.



2-

Os incêndios de outubro do ano passado causaram ainda severos danos e prejuízos em Infraestruturas municipais.

Logo a seguir aos incêndios procedeu-se ao levantamento dos danos e prejuízos causados pelas chamas em equipamentos municipais, tendo estes sido devidamente comunicados à CCDR-C.

Os prejuízos em Infraestruturas municipais estão estimados em cerca de 2 milhões de euros, uma vez que muitas estradas foram percorridas pelos incêndios, com as pinturas de sinalização horizontal danificadas e a sinalização vertical destruídas.

Seis meses depois, ainda aguardamos a celebração do contrato de financiamento, que permita a sua reposição.

No entanto, não esperamos de braços cruzados e temos vindo a garantir a substituição de alguma sinalização rodoviária vertical, por considerar que é o mais urgente.

Esta substituição vem sendo feita paulatinamente, com recursos próprios, enquanto aguarda o financiamento pretendido.

A Ecopista sofreu danos em mais de metade da sua extensão, que ascenderão a 850 mil euros. A sua requalificação será feita no âmbito de uma candidatura liderada pela CIM Viseu Dão Lafões.

Já na Estação Rupestre de Molelinhos e Ambientes do Ar em Souto Bom, encontramos-nos em processo de negociação com as companhias de seguros, uma vez que não aceitámos as Indemnizações que nos foram propostas.

Sobre a Arquinha da Moura, está para ser instalada a sinalética destruída pelo incêndio.

No domínio ambiental, realizámos duas candidaturas em termos de estabilização de emergência, cujo objetivo visa a recuperação das áreas florestais ardidas e linhas de água, designadas por Alcofra e Serpins. Estas candidaturas encontram-se já aprovadas, sendo o valor do investimento de quase 220 mil euros (218.361,47 euros) em Alcofra e cerca de 514 mil euros (513.727,95 euros) em Serpins.

Já no domínio da defesa da floresta contra incêndios, apresentámos uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente, para a realização de uma faixa de interrupção de combustível (FIC) na rede primária, no valor de 20.653,50 euros.

Encontra-se ainda em fase final a elaboração de três procedimentos concursais:

- Execução de faixas de gestão de combustíveis associadas à rede viária principal;
- Execução de faixas de gestão de combustíveis associadas nos polígonos Industriais;
- Execução de faixas de gestão de combustíveis associadas às edificações isoladas e aglomerados populacionais.

3-

A par desta agenda, acompanhámos e promovemos outras reuniões, que se sintetizam:

- Visita ao Município de São Domingos (Cabo Verde)
- Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões,
- Planalto Beirão, Adices, Tondelviva,
- Comandante distrital da GNR
- Várias empresas do tecido empresarial
- diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC).

Estas últimas diligências, com a FCTUC e que envolveram quatro empresas do 'cluster' automóvel do nosso concelho, permitiram estreitar laços, entre os centros de saber e o tecido empresarial, numa iniciativa que decorreu, em Coimbra, a 11 de abril.

Este foi apenas o primeiro passo de uma estratégia concertada de interação entre a investigação / conhecimento científico com as necessidades destas unidades Industriais.

É vital esta interação entre o tecido empresarial e as próprias universidades, especialmente numa altura em que as quatro empresas do ramo automóvel instaladas no concelho - Huf, Avon, Brose e Erberspaecher - estão em fase de crescimento. Até 2020 deverão chegar aos 1.700 trabalhadores.

Hoje temos condições ímpares para atrair e fixar quadros nestas empresas e, mais do que isso, desenvolver estratégias que venham potenciar a otimização de processos das próprias empresas, ganhando mais competitividade e mais valor económico pela sua produtividade. Isso corresponde a maior rentabilidade e, conseqüentemente, mais emprego.



Nunca fez tão sentido desenvolver o projeto da Frente Ribelrinha, com o Centro Tecnológico e de Empreendedorismo.

Não temos dúvidas de que este centro, integrado no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, vai funcionar como uma incubadora de projetos e um espaço para desenvolver um novo local de formação ao longo da vida, em articulação com as unidades de ensino superior, e também para dar resposta a projetos comuns de empresas locais.

4-

Reconhecemos a importância do tecido empresarial e o peso que tem para com o desenvolvimento económico do concelho.

Por isso, assumimos como prioritária a requalificação e expansão das nossas duas grandes zonas industriais.

A ZIM de Tondela está a ser alvo de uma grande intervenção, que visa a sua requalificação e ampliação em cerca de 20 hectares.

Trata-se de um investimento que ronda os 2,3 milhões de euros e que surge para dar resposta à necessidade de algumas empresas que estão instaladas poderem aumentar a sua capacidade, mas também para que novas unidades possam vir a instalar-se, uma vez que já não existiam lotes disponíveis.

Com esta expansão, a ZIM de Tondela passa a ocupar uma área superior a 40 hectares.

Esta expansão ocorre em espaço florestal, o que implicou a alteração do seu uso e a necessidade de ter sido elaborado um Plano de Pormenor, para alargar a área compatível com a atividade económica

Esta é a maior expansão de sempre da ZIM de Tondela, desde que foi constituída no arranque dos anos 90.

5-

Aproveitamos ainda para deixar uma palavra ao movimento associativo do concelho.

Depois do acidente na Associação de Vila Nova da Rainha, onde perderam a vida 11 pessoas e outras três dezenas sofreram ferimentos, recrutámos quatro equipas externas para dar apoio a todas as instituições e onde fosse solicitado.

Cláudio
103
P.

Estas quatro equipas externas são constituídas por técnicos credenciados pela ANPC (Associação Nacional de Proteção Civil), que estão a fazer a verificação em termos de licenciamento e utilização, bem como legislação em vigor, em 97 edifícios que são sede de associações.

Prevê-se que no início do mês de maio este levantamento e entrega de respetivos relatórios estejam concluídos.

O presidente da Câmara Municipal de Tondela, José António Jesus

José António Jesus

.....

Tondela, 16 de abril de 2018

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 12 de abril de 2018.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2018 e 2-04-2018)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (27,95%)	PESO DA EXECUÇÃO RCB NA RECEITA TOTAL
CAP	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(2)/(1)*100%	(5)-(27,95%)	(3)
Recetas Correntes		18.677.408,10	3.674.629,43	19,67%	-8,28%	90,62%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.784.128,48	230.224,77	4,81%	-23,14%	5,68%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	89.947,87	16.247,40	18,06%	-8,89%	0,40%
04	TAXAS, MULTAS, O PENALIDADES	253.289,97	70.980,75	28,03%	0,08%	1,75%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.298.103,00	357.172,34	27,51%	-0,44%	8,81%
08	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.642.926,62	2.547.548,95	23,94%	-4,01%	62,83%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.512.721,00	409.092,28	27,08%	-0,87%	10,10%
08	OUTRAS RECETAS CORRENTES	96.312,28	42.762,96	44,40%	16,46%	1,06%
Recetas de Capital		11.114.306,94	390.283,42	3,42%	-24,53%	9,38%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	21,00	0,00	0,00%	-27,95%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.062.895,68	317.682,08	2,87%	-26,08%	7,83%
12	PASSIVOS FINANCIEROS	0,00	0,00	-	-	-
13	OUTRAS RECETAS CAPITAL	81.390,28	82.601,34	101,97%	74,02%	1,54%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	0,00	0,00	-	-	-
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0,00	-	-	-
TOTAL GERAL		29.791.715,04	4.064.912,85	13,61%	-14,34%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita de 13,61%, abaixo do grau de execução esperado para este período (27,95%), ou seja, apresenta um desvio negativo de 14,34%.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORREGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (27,95%)	PESO DA EXECUÇÃO DP NA DESPESA TOTAL
CAR	DESCRIÇÃO	11	12	EXECUTADO(%)	11-12(%)	11
	Despesas Correntes	13.498.784,76	3.103.597,37	22,99%	-4,96%	78,48%
01	Despesas com Pessoal	5.168.750,00	1.127.495,94	21,81%	-8,14%	28,52%
02	Aquisição de Bens e Serviços	5.783.663,50	1.447.579,44	24,98%	-2,96%	36,61%
03	Juros Outros Encargos	41.363,00	10.022,23	24,23%	-3,72%	0,25%
04	Transferências Correntes	2.383.298,26	478.755,30	20,00%	-7,95%	12,08%
06	Outras Despesas Correntes	111.722,00	41.744,46	37,38%	9,41%	1,08%
	Despesas de Capital	16.268.020,28	850.301,45	5,23%	-22,72%	21,51%
07	Aquisição de Bens de Capital	13.795.812,00	468.546,86	3,54%	-24,41%	12,38%
08	Transferências de Capital	1.208.613,28	151.825,22	12,54%	-16,41%	3,83%
09	Activos Financeiros	108.650,00	0,00	0,00%	-27,85%	0,00%
10	Passivos Financeiros	1.071.887,00	155.936,59	14,55%	-13,40%	3,84%
11	Outras Despesas de Capital	82.858,00	54.292,98	65,63%	37,58%	1,37%
	TOTAL	29.766.815,04	3.953.898,82	13,28%	-14,67%	100,00%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de 22,99% sendo, o grau de execução esperado 27,95%, representando um desvio negativo de 4,96%. Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de 5,23%, o que representa um desvio negativo de 22,72%.

Tal como em anos anteriores, é importante salientar que a distorção na análise dos dados contidos neste mapa pode provocar, em períodos de análise inferiores aos doze meses, uma vez que, o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano, no entanto para a assunção de compromissos a despesa tem que estar prevista, mas dependendo dos prazos de execução não tem que estar necessariamente paga. São disso exemplo, as despesas referentes ao serviço da dívida, a execução do FAM, bem como as aquisições de capital, em que cada empreitada tem um cronograma financeiro próprio

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela se encontra a efetuar pagamentos a fornecedores a 30 dias.

3.2. EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

Período 01-01-2018 a 12-04-2018

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = (2)/(1)*100%
Despesas Correntes		13.498.794,76	10.811.880,33	80,10%
01	Despesas com Pessoal	5.168.750,00	4.599.298,57	88,98%
02	Aquisição de Bens e Serviços	5.793.663,50	4.151.388,66	71,65%
03	Juros Outros Encargos	41.363,00	40.066,66	96,87%
04	Transferências Correntes	2.383.296,28	1.925.300,99	80,78%
06	Outras Despesas Correntes	111.722,00	95.825,46	85,77%
Despesas de Capital		16.268.020,28	5.938.614,47	36,50%
07	Aquisição de Bens de Capital	13.795.812,00	3.694.109,49	26,78%
08	Transferências de Capital	1.208.813,28	981.234,97	81,17%
09	Activos Financeiros	108.650,00	108.562,50	99,92%
10	Passivos Financeiros	1.071.887,00	1.071.886,09	100,00%
11	Outras Despesas de Capital	82.858,00	82.821,42	99,96%
TOTAL		29.766.815,04	16.750.494,80	56,27%

Dos 16.750.494,80 € de compromissos já assumidos para o exercício de 2018, mais de 8,5 milhões de euros, são resultantes de compromissos transitados de 2017.

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e n.º 4.º do artigo 16.º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo. 9.º da Norma de Execução Orçamental dos documentos previsionais de 2017, na reunião do dia 28 de novembro de 2016, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;
- Os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;
- Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

Verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre a data de 01-01-2018 e 12-04-2018

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 01/01/2018 A 12/04/2018				
<i>(Ao abrigo da autorização prévia concedida em 28/11/2016 pela Assembleia Municipal)</i>				
Descrição sumária do compromisso plurianual	2019	2020	2021	Seguintes
Custo Seguro Caução Obra Remodelação Rede Abastecimento Água a Valverde e Rede de Drenagem àguas Residuais à Naia e Valverde	110,00 €	110,00 €	110,00 €	110,00 €
Serviço VPNCC- Redes privadas de voz com controle de custos	16.800,00 €	16.799,99 €		
Protocolo de Colaboração com o objetivo potenciar resultados das ações em benefício da comunidade empresarial da região	3.750,00 €	3.750,00 €	3.750,00 €	
Contrato de Aluguer Operacional de cópia, Impressão de digitalização com manutenção incluída	24.600,00 €	24.599,99 €		
Protocolo de Colaboração apoio Fornecimento Refeições Escolares a Crianças da Educação Pré-Escolar /Alunos 1º Ensino Básico	55.000,00 €			
Segurança Social trabalhadores abrigo Programa EAMA	1.928,50 €	1.928,50 €	551,00 €	
Seguro trabalhadores abrigo Programa EAMA	150,00 €	150,00 €		
Protocolo de Colaboração Apoio Requalificação Sede Associação do Penedo	8.000,00 €			
Contrato de Aquisição de Serviços Técnicos para Desenvolvimento diferentes Valências para o balneário Termal de Sangemil	49.150,16 €			



4. CONCLUSÃO

Estando decorridos 102 dias do ano de 2018, poderemos concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram ligeiramente abaixo do padrão, salientando, no entanto, que ainda se mantém a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses.

Tondela, 12 de abril de 2018

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Tondela

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmos membros da Assembleia Municipal

Quando em novembro de 2016, a Assembleia Municipal de Tondela aprovou o Orçamento e GOPS para o ano de 2017, houve quem, conduzido por motivos eleitoralistas, potenciado pela aproximação das eleições autárquicas e desprovido de qualquer análise técnico política, tenha colocado em cima da mesa um conjunto de conjeturas, sim conjeturas relativamente às propostas para 2018.

Chegamos pois, ao momento da hora da verdade ~~em~~ - apresentação da Prestação de Contas do Exercício de 2017.

Chegamos pois ao momento em que mais uma vez os castelos do gigante adamastor caem no ar por terem pés de barro !!

Senão vejamos :

- a) A existência de um saldo de conta de gerência de cerca de 8.4 milhões de euros em 2017 contra um saldo de 5.4 milhões relativamente a 2016, que apesar de nele ter contido o valor correspondente ao empréstimo espelha bem a capacidade do executivo municipal;
- b) O aumento do Grau de execução da receita de 2016 para 2017 em cerca de 7 pontos percentuais;
- c) O aumento da execução das Grandes Opções de Plano em cerca de 4 pontos percentuais;

Realça-se por último a existência de uma capacidade de endividamento de cerca de 1.5 milhões de euros.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Srs. Membros da Assembleia Municipal de Tondela

Como se pode ver nos documentos apresentados, contra as acusações infundadas de despesismos eleitoralista, verificamos o RIGOR E A BOA GESTÃO FINANCEIRA, levada a cabo durante 2017 !!

Face a avaliação dos documentos apresentados o Grupo parlamentar do PSD, irá votar favoravelmente neste ponto da ordem de trabalhos, deixando na mesa do executivo municipal um voto de confiança á sua capacidade de gestão.

Tondela, 20 de abril de 2018

António Ferreira

Grupo Parlamentar do PSD

Cleus
Jos
AB